

Relatório Contábil

2º Trimestre

2026

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

André Carlos Alves de Paula Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Cleber Oliveira Soares

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Otto Cavalcante Medina

COORDENADOR-GERAL DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E MONITORAMENTO DA GESTÃO

Wellington Gomes dos Santos

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Samya Carolina Soares Costa

EQUIPE TÉCNICA

Alan Rodrigues Pinheiro

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Jorge Roberto Gabriel

Norma de Deus e Costa

Paulo Sousa Silva

Renata de Oliveira Pinheiro

Rodrigo Pinheiro Brandão

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

RESOLUÇÃO/CCONT/MAPA Nº 03, de 31 de julho de 2026

Aprova o Relatório Contábil do 2º Trimestre de 2026 – Notas Explicativas do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.

A Coordenação de Contabilidade – CCONT, da Coordenação-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão – CGGI, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, com fundamento na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º APROVAR o texto final do Relatório Contábil contendo as Notas Explicativas do 2º Trimestre de 2026 do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, constante dos autos do processo 21000.032730/2023-44.

Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA do MAPA, para conhecimento e autorização de publicação no sítio em atendimento às determinações do TCU.

CCONT/MAPA:

Samya Carolina Soares Costa – Coordenadora



Documento assinado digitalmente

SAMYA CAROLINA SOARES COSTA

Data: 31/08/2026 15:18:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jaqueline Pereira de Faria Silva – Chefe de Divisão



Documento assinado digitalmente

JAQUELINE PEREIRA DE FARIA SILVA

Data: 31/08/2026 15:23:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jorge Roberto Gabriel – Chefe de Divisão



Documento assinado digitalmente

JORGE ROBERTO GABRIEL

Data: 31/08/2026 15:29:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CGGI/MAPA:

Wellington Gomes dos Santos – Coordenador-Geral



Documento assinado digitalmente

WELLINGTON GOMES DOS SANTOS

Data: 02/09/2026 14:24:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SPOA/MAPA:

Otto Cavalcante Medina – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração



Documento assinado digitalmente

OTTO CAVALCANTE MEDINA

Data: 04/09/2026 10:51:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sumário

1. LISTA DE SIGLAS.....	5
2. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
3. SISTEMAS.....	8
3.1 SISTEMAS DA ÁREA-FIM.....	8
3.2 SISTEMAS DA ÁREA-MEIO.....	8
4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	9
4.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	12
4.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	15
4.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	18
4.5 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	19
4.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	20
5. NOTAS EXPLICATIVAS.....	23
5.1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	23
5.2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	23
5.3. PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.....	27
5.4 MUDANÇAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	28
5.5 PARTES RELACIONADAS.....	28
6. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	38
6.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	38
NOTA nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	44
NOTA nº 004 - IMOBILIZADO.....	49
NOTA nº 005 - INTANGÍVEL.....	52
6.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	53
6.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	59
6.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	64
6.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	65
6.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	66
7. REFERÊNCIAS.....	67
7.1. BIBLIOGRÁFICAS.....	67
7.2 SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA CCONT/MAPA.....	67

1. Lista de Siglas

AFAC - **Adiantamento** para Futuro Aumento de Capital

AGRONET - **Intranet** do Ministério da Agricultura e Pecuária

AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro

AGU - Advocacia-Geral da União

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BB - Banco do Brasil

BCB - Banco Central do Brasil

BGS - Boletim de Pessoal e Serviços

BGU - Balanço Geral da União

BINAGRI - Biblioteca Nacional de Agricultura

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BO - Balanço Orçamentário

BP - Balanço Patrimonial

CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais

CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional

CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação

CEF - Caixa Econômica Federal

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

CCONT - **Coordenação** de Contabilidade

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CGU - Controladoria-Geral da União

CRC/DF - Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DISME - Distrito de Meteorologia

DVP - Demonstrações das Variações Patrimoniais

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENAGRO - Escola Nacional de Gestão Agropecuária

FUNCAFE - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

GF - Gestor Financeiro

GRU - Guia de Recolhimento da União

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LFDA - Laboratório Federal de Defesa Agropecuária

LOA - Lei Orçamentária Anual

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MEP - Método da Equivalência Patrimonial

NBC TSP - **Normas** Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público

NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NE - Nota de Empenho

NL - Nota de Lançamento

NS - Nota de Sistema

OB - Ordem Bancária

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OGU - Orçamento Geral da União

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PF - Programação Financeira

PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PIPCP - Plano Interno de Procedimentos

Contábeis Patrimoniais

RCPG - Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças RFB - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil RGPS - Regime Geral de Previdência Social RPNP - Restos a Pagar Não Processados RPP - Restos a Pagar Processados RPPS - Regime Próprio de Previdência Social SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária SE - Secretaria-Executiva SEI - Sistema Eletrônico de Informações SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados SFA - Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira SIAGE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos SIC - Serviço de Informação ao Cidadão SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas	SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação SPA - Secretaria de Política Agrícola SPUnet – Plataforma Integrada de Gestão do Patrimônio da União SPU - Secretaria de Patrimônio da União STN - Secretaria do Tesouro Nacional SUCON - Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN TCE - Tomada de Contas Especial TCU - Tribunal de Contas da União TG - Tesouro Gerencial UG - Unidade Gestora UGE - Unidade Gestora Executora UGR - Unidade Gestora Responsável VIGIAGRO - Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional VPA - Variação Patrimonial Aumentativa VPD - Variação Patrimonial Diminutiva
---	---

2. Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 12.642, de 1º de outubro de 2025, e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização e o seguro rural;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, a heveicultura e, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, as florestas plantadas;
- c) Informação agropecuária;
- d) Defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos: a saúde animal e a sanidade vegetal; os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares; os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal, inclusive pescados e vegetal; a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e o controle de resíduos e contaminantes em alimentos;
- e) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura e agroindústria;
- f) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- g) Assistência técnica e extensão rural;
- h) Irrigação e infraestrutura hídrica para a produção agropecuária, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- i) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- j) Desenvolvimento rural sustentável;
- k) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola e pecuário aos sistemas agroflorestais;
- l) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- m) Cooperativismo e associativismo na agropecuária;
- n) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- o) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse das cadeias de valor da agropecuária.
- p) Garantia de preços mínimos, à exceção dos produtos da sociobiodiversidade;
- q) Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; e
- r) Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários.

A competência de que trata a letra “n” será exercida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, na hipótese de serem utilizados recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério de Minas e Energia, na hipótese de serem utilizados recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de uma empresa vinculada e sete órgãos colegiados:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria de Política Agrícola;
- b) Secretaria de Defesa Agropecuária;
- c) Secretaria de Desenvolvimento Rural;
- d) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais;

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
 - b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;
- Comissão Especial de Recursos;

- c) Conselho Deliberativo da Política do Café;
 - d) Conselho Nacional de Política Agrícola; e
 - e) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;
- A entidade vinculada – Empresa Pública:
- a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

3. Sistemas

3.1 Sistemas da Área-Fim

VEGETAL (Lista de sistemas categoria Vegetal)

ANIMAL (Lista de sistemas categoria Animal)

POLÍTICAS AGRÍCOLAS E CLIMÁTICAS ([Lista de Sistemas Categoria Políticas Agrícolas e Climáticas](#))

3.2 Sistemas da Área-Meio

ADMINISTRATIVO (Lista de sistemas categoria Administrativo)

NORMATIVOS (Lista de Sistemas Categoria Normativos)

ORÇAMENTO (Lista de Sistemas Categoria Orçamento)

EDUCAÇÃO/DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (Lista de Sistemas Categoria Educação/Desenvolvimento de Pessoas)

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Lista de Sistemas Categoria Tecnologia da Informação)

4. Demonstrações Contábeis

4.1 Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
1

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO CIRCULANTE	3.196,98	2.664,14	PASSIVO CIRCULANTE	3.463,94	3.493,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.077,38	1.669,59	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.271,29	969,18
Créditos a Curto Prazo	1.061,35	936,30	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	3,57	8,66	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	165,03	130,87
Clientes	3,57	8,66	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,11	0,03
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.073,25	1.289,49
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Provisões a Curto Prazo	115,02	93,14
Demais Créditos e Valores	1.057,78	927,64	Demais Obrigações a Curto Prazo	839,25	1.010,36
Demais Créditos e Valores	1.071,83	940,24			
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-14,05	-12,60			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques a Curto Prazo	58,24	58,25			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	0,02	0,01			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.899,90	9.773,17	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.041,21	2.516,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.895,16	4.636,24	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.895,16	4.636,24	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	204,72	201,35	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Clientes	204,72	201,35	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.227,78	3.988,13	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.774,78	8.535,13	Provisões a Longo Prazo	3.725,14	2.200,34
(-) Ajuste para Perdas de Emp. e Financiamentos Concedidos	-4.547,01	-4.547,01	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,21	0,14
Demais Créditos e Valores	462,66	446,76	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.505,15	6.009,42
Demais Créditos e Valores	475,22	459,16			
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-12,56	-12,40	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Estoques a Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Investimentos	659,40	-	Patrimônio Social e Capital Social	3.314,29	3.180,43
Participações Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	80,48	134,01
Propriedades para Investimento	659,40	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	661,24	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,05	0,05
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-1,84	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Demais Reservas	294,92	280,33
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	-2.097,99	2.833,08
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	-4.953,16	-7.257,62
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	2.833,08	10.273,05
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	22,09	-182,35
Demais Investimentos Permanentes	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.591,73	6.427,90
Imobilizado	3.262,25	5.050,52			
Bens Móveis	1.724,75	1.587,99			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2026	PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMIÇÃO 17/07/2026	PÁGINA 2
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Bens Móveis	2.958,50	2.812,71			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.210,34	-1.201,30			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-23,42	-23,42			
Bens Imóveis	1.537,51	3.462,54			
Bens Imóveis	2.010,36	3.925,10			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-472,86	-462,56			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	83,09	86,41			
Softwares	82,60	85,92			
Softwares	163,39	160,45			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-80,79	-74,54			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	0,49	0,49			
Direitos de Uso de Imóveis	0,49	0,49			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	9.096,88	12.437,31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.096,88	12.437,31

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO FINANCEIRO	2.089,90	1.679,83	PASSIVO FINANCEIRO	8.803,01	6.536,81
ATIVO PERMANENTE	7.006,98	10.757,48	PASSIVO PERMANENTE	5.008,89	3.360,42
SALDO PATRIMONIAL	4.715,02		SALDO PATRIMONIAL		2.540,08

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.221,91	1.224,75	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.074,76	10.572,18
Atos Potenciais Ativos	1.221,91	1.224,75	Atos Potenciais Passivos	9.074,76	10.572,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
3

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	202,74	209,54	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	94,40	89,31	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	5.163,95	5.635,60
Direitos Contratuais	924,77	925,90	Obrigações Contratuais	3.910,82	4.936,58
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.221,91	1.224,75	TOTAL	9.074,76	10.572,18

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-6.453,04
Recursos Vinculados	-260,07
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-48,38
Previdência Social (RPPS)	-0,72
Dívida Pública	-139,72
Fundos, Órgãos e Programas	-71,28
Recursos Não Classificados	0,02
TOTAL	-6.713,11

4.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EXERCÍCIO 2026	PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 17/07/2026	PÁGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2026	2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.290,18	13.917,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5,04	5,73
Impostos	-	-
Taxas	5,04	5,73
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	1,23	1,48
Contribuições Sociais	1,04	1,36
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,19	0,12
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	17,09	53,35
Venda de Mercadorias	1,40	3,98
Vendas de Produtos	-	0,02
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	15,68	49,35
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	365,74	380,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	225,68	158,73
Juros e Encargos de Mora	0,05	4,16
Variações Monetárias e Cambiais	11,70	10,62
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	128,30	207,37
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	15.293,38	13.123,06
Transferências Intragovernamentais	15.242,05	13.072,28
Transferências Intergovernamentais	0,05	-0,08
Transferências das Instituições Privadas	-	-0,22
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	51,28	51,09
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	144,00	165,08
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	1,08	2,46
Ganhos com Incorporação de Ativos	104,01	116,54
Ganhos com Desincorporação de Passivos	38,91	46,08
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.453,71	187,53
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,88	0,16
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
2

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2026	2025
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.256,77	15,55
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	196,06	171,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.233,35	20.252,95
Pessoal e Encargos	3.100,22	2.766,48
Remuneração a Pessoal	2.298,51	2.067,47
Encargos Patronais	737,25	639,19
Benefícios a Pessoal	64,41	59,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,06	0,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.215,95	1.187,73
Aposentadorias e Reformas	731,83	711,64
Pensões	465,21	457,71
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18,91	18,38
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	578,33	530,00
Uso de Material de Consumo	44,91	26,87
Serviços	469,21	437,01
Depreciação, Amortização e Exaustão	64,21	66,12
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	20,93	18,44
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,61	0,66
Variações Monetárias e Cambiais	1,71	2,37
Descontos Financeiros Concedidos	6,30	7,28
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	12,32	8,13
Transferências e Delegações Concedidas	13.006,03	10.983,11
Transferências Intragovernamentais	12.206,22	10.491,40
Transferências Intergovernamentais	460,60	365,49
Transferências a Instituições Privadas	-	0,04
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	341,20	126,19
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.455,68	4.400,12
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.338,37	4.310,53
Perdas com Alienação	-	0,07
Perdas Involuntárias	5,15	1,62
Incorporação de Passivos	35,44	34,83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
3

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2026	2025
Desincorporação de Ativos	76,72	53,07
Tributárias	1,08	1,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,90	0,98
Contribuições	0,18	0,11
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	0,42	1,62
Custo das Mercadorias Vendidas	0,42	1,61
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.852,71	364,36
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	97,10	246,14
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	2.750,97	114,37
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4,64	3,85
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4.953,16	-6.335,84

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2026	2025

4.3 Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

EXERCICIO 2026	PERIODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 17/07/2026	PAGINA 1
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	901,19	901,19	399,44	-501,76
Receita Tributária	8,77	8,77	3,52	-5,24
Impostos	-	-	-	-
Taxas	8,77	8,77	3,52	-5,24
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	0,30	0,30	0,86	0,57
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,30	0,30	0,86	0,57
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	349,50	349,50	100,27	-249,23
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3,61	3,61	0,95	-2,66
Valores Mobiliários	345,90	345,90	99,33	-246,57
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	9,28	9,28	1,43	-7,85
Receita Industrial	0,02	0,02	-	-0,02
Receita de Serviços	412,60	412,60	243,50	-169,11
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	67,73	67,73	17,79	-49,94
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	344,87	344,87	225,68	-119,19
Outros Serviços	-	-	0,02	0,02
Transferências Correntes	0,16	0,16	0,05	-0,12
Outras Receitas Correntes	120,56	120,56	49,79	-70,76
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	97,36	97,36	41,05	-56,31
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11,16	11,16	2,72	-8,43
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	12,04	12,04	6,02	-6,02
RECEITAS DE CAPITAL	6.679,94	6.679,94	2.911,62	-3.768,32
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	6,58	6,58	2,12	-4,46
Alienação de Bens Móveis	6,58	6,58	2,12	-4,46
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	6.673,36	6.673,36	2.909,49	-3.763,86
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
2

VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	7.581,13	7.581,13	3.311,05	-4.270,08
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.581,13	7.581,13	3.311,05	-4.270,08
DÉFICIT			5.070,81	5.070,81
TOTAL	7.581,13	7.581,13	8.381,86	800,73
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	673,91	-	-673,91
Superávit Financeiro	-	42,77	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	631,14	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	11.247,37	11.402,21	7.718,04	4.779,41	3.749,25	3.684,17
Pessoal e Encargos Sociais	8.254,87	8.842,28	6.714,34	4.178,30	3.287,04	2.127,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.992,50	2.559,93	1.003,70	601,11	462,21	1.556,23
DESPESAS DE CAPITAL	8.308,64	8.827,70	663,82	84,84	69,53	8.163,88
Investimentos	939,92	1.458,99	663,82	84,84	69,53	795,17
Inversões Financeiras	7.368,71	7.368,71	-	-	-	7.368,71
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	19.556,01	20.229,92	8.381,86	4.864,25	3.818,78	11.848,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	19.556,01	20.229,92	8.381,86	4.864,25	3.818,78	11.848,05



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
3

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	19.556,01	20.229,92	8.381,86	4.864,25	3.818,78	11.848,05

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	222,36	293,97	175,22	170,99	0,83	344,51
Pessoal e Encargos Sociais	2,62	9,64	2,96	2,95	-	9,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	219,74	284,33	172,26	168,05	0,83	335,19
DESPESAS DE CAPITAL	1.113,39	2.287,09	948,45	882,45	2,52	2.515,51
Investimentos	967,24	1.973,88	799,31	733,30	2,52	2.205,29
Inversões Financeiras	146,15	313,21	149,14	149,14	-	310,22
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.335,75	2.581,06	1.123,67	1.053,44	3,35	2.860,02

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	28,09	1.192,62	1.018,82	7,96	193,93
Pessoal e Encargos Sociais	4,35	743,58	714,03	7,89	26,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23,74	449,04	304,79	0,07	167,92
DESPESAS DE CAPITAL	367,46	1.005,50	257,60	11,73	1.103,64
Investimentos	367,46	1.005,50	257,60	11,73	1.103,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	395,56	2.198,12	1.276,42	19,69	1.297,57

4.4 Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
1

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Receitas Orçamentárias	3.311,05	2.810,57	Despesas Orçamentárias	8.381,86	6.864,93
Recursos Não Vinculados	0,31	0,44	Recursos Não Vinculados	7.021,31	5.518,35
Recursos Vinculados	3.339,29	3.011,56	Recursos Vinculados	1.360,56	1.346,58
Educação	0,01	-	Educação	0,15	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.274,73	1.231,38
Fundos, Órgãos e Programas	3.339,28	3.011,56	Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-28,55	-201,43	Fundos, Órgãos e Programas	85,67	115,21
Transferências Financeiras Recebidas	15.219,66	13.068,76	Transferências Financeiras Concedidas	12.103,41	10.412,41
Resultantes da Execução Orçamentária	11.442,06	10.210,82	Resultantes da Execução Orçamentária	6.812,26	6.076,14
Cota Recebida	4.616,72	4.124,89	Repasse Concedido	2.251,92	1.946,80
Repasse Recebido	2.265,48	1.956,59	Sub-repasse Concedido	4.559,39	4.129,33
Sub-repasse Recebido	4.559,39	4.129,33	Cota Devolvida	0,47	-
Sub-repasse Devolvido	0,47	-	Sub-repasse Devolvido	0,47	-
Independentes da Execução Orçamentária	3.777,60	2.857,94	Independentes da Execução Orçamentária	5.291,15	4.336,27
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.354,09	2.228,49	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.830,38	1.259,61
Demais Transferências Recebidas	41,31	80,10	Demais Transferências Concedidas	40,83	78,95
Movimentação de Saldos Patrimoniais	382,20	549,35	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.419,94	2.997,71
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	4.948,90	3.494,29	Pagamentos Extraorçamentários	2.586,55	2.885,07
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.045,47	1.085,21	Pagamento de Restos a Pagar Processados	1.276,42	969,38
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.517,62	2.299,30	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.053,44	1.907,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	283,14	22,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	255,88	6,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	102,67	87,03	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,81	1,73
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,41	0,34	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	0,27	-
Restituições a Pagar	-	0,03	Valores Compensados	0,29	0,28
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	0,02	Demais Pagamentos	0,25	1,44
Arrecadação de Outra Unidade	102,27	86,64			
Saldo do Exercício Anterior	1.669,59	5.637,79	Saldo para o Exercício Seguinte	2.077,38	4.849,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.669,59	5.637,79	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.077,38	4.849,00
TOTAL	25.149,20	25.011,41	TOTAL	25.149,20	25.011,41

4.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
JUN (FECHADO)

EMISSION
18/08/2026

PAGINA
1

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	3.149,19	31,25	-	-	261,25	10.268,38	0,01	-	13.710,08
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	0,28	-203,56	-	-	-203,28
Aumento/Redução de Capital	31,25	110,93	-	-	-	30,84	-	-	173,01
Resgate/Re emissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-25,60	25,75	-	-	0,15
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	0,03	-	0,03
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-7.257,62	-	-	-7.257,62
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	44,40	0,12	-	-	44,52
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-8,16	-	-	-	-30,84	-	-	-39,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	3.180,43	134,01	-	-	280,33	2.833,08	0,05	-	6.427,90

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2026	3.180,43	134,01	-	-	280,33	2.833,08	0,05	-	6.427,90
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-7,22	-	-	-0,13	16,51	-	-	9,16
Aumento/Redução de Capital	133,85	-46,16	-	-	-	0,16	-	-	87,85
Resgate/Re emissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-1.281,87	5,42	-	-	-1.276,45
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-4.953,16	-	-	-4.953,16
Constituição/Reversão de Reservas	-	-0,16	-	-	1.296,59	-	-	-	1.296,43
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2026	3.314,29	80,48	-	-	294,92	-2.097,99	0,05	-	1.591,73

4.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
1

VALORES EM MILHÕES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.874,86	-1.526,60
INGRESSOS OPERACIONAIS	16.004,50	13.643,35
Receita Tributária	3,52	4,01
Receita de Contribuições	0,86	1,12
Receita Patrimonial	0,95	16,82
Receita Agropecuária	1,43	3,95
Receita Industrial	-	0,01
Receita de Serviços	243,50	204,24
Remuneração das Disponibilidades	99,33	175,78
Outras Receitas Derivadas e Originárias	49,79	59,53
Transferências Recebidas	0,05	-0,30
Intergovernamentais Recebidas	0,05	-0,08
Dos Estados e/ou Distrito Federal	0,05	-0,08
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-0,22
Outros Ingressos Operacionais	16.605,07	13.178,20
Ingressos Extraorçamentários	283,14	22,75
Restituições a Pagar	-	0,03
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	0,02
Transferências Financeiras Recebidas	15.219,66	13.068,76
Arrecadação de Outra Unidade	102,27	86,64
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-17.879,36	-15.169,95
Pessoal e Demais Despesas	-4.367,72	-3.864,58
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-0,32	-0,49
Defesa Nacional	-0,12	-0,13
Segurança Pública	-0,03	-0,97
Relações Exteriores	-	-0,03
Assistência Social	-0,31	-0,15
Previdência Social	-1.140,04	-1.098,88
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-0,00	-
Cultura	-0,00	-0,00
Direitos da Cidadania	-	-0,24
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-0,34
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-3.211,01	-2.744,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2026

PERÍODO
2º TRIMESTRE (FECHADO)

EMIÇÃO
17/07/2026

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

VALORES EM MILHÕES DE REAL

	2026	2025
Organização Agrária	-9,14	-10,41
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-7,14	-9,23
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,41	0,34
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.151,55	-885,18
Intergovernamentais Concedidas	-565,71	-366,45
A Estados e/ou Distrito Federal	-177,25	-63,18
A Municípios	-388,46	-303,27
Intragovernamentais Concedidas	-487,45	-426,42
Outras Transferências Concedidas	-98,39	-92,31
Outros Desembolsos Operacionais	-12.360,10	-10.420,19
Despêndios Extraorçamentários	-255,88	-6,06
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-0,27	-
Transferências Financeiras Concedidas	-12.103,41	-10.412,41
Valores Compensados	-0,29	-0,28
Demais Pagamentos	-0,25	-1,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.282,65	737,81
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	2.911,62	2.345,41
Alienação de Bens	2,12	2,88
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.909,49	2.342,53
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-628,97	-1.607,60
Aquisição de Ativo Não Circulante	-463,79	-285,56
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-149,14	-1.300,46
Outros Desembolsos de Investimentos	-16,03	-21,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	407,79	-788,79



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

EXERCICIO 2026	PERIODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSAO 17/07/2026	PAGINA 3
VALORES EM MILHÕES DE REAL	

	2026	2025
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.669,59	5.637,79
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.077,38	4.849,00

5. Notas Explicativas

5.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Ministério da Agricultura e Pecuária.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas com base nas informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do MAPA e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do MAPA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigido pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o **Real**, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa; (iv) Transferências concedidas; (v) Empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) Adiantamentos; (vii) Valores a compensar e (viii) Estoques.

Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

5.2.4 Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5.2.5 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no Funcafé, referem-se à Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

5.2.6 Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

5.2.7 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

5.2.9 Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPUnet e a dos bens móveis devem ser iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, constam todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.10 Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 04 de julho de 2023 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPUnet.

O SPUnet é a Plataforma Integrada de Gestão do Patrimônio da União e dos imóveis de terceiros utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, mantendo atualizadas as informações cadastrais e patrimoniais desses bens. O sistema é integrado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das movimentações patrimoniais, como incorporações, baixas, transferências e demais eventos previstos na legislação. A depreciação dos imóveis é calculada com base nas informações do SPUnet e registrada contabilmente no SIAFI conforme os procedimentos estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023, e demais orientações da STN e da SPU.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da benfeitoria, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

5.2.11 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

5.2.12 Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

5.2.13 Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) Riscos trabalhistas; (II) Riscos fiscais; (III) Riscos cíveis; (IV) Repartição de créditos tributários; (V) Provisões matemáticas; e (VI) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 68, de 18 de novembro de 2022.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas - Embrapa;
- b) Provisões para Riscos Cíveis a longo Prazo – Embrapa;
- c) Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas – Mapa;
- d) Provisões para Indenizações Tributárias – Embrapa;
- e) Provisões para Indenizações Previdenciárias – Embrapa;
- f) Outras Provisões de Longo Prazo – Embrapa;

5.2.14 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

a) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos, redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3. Principais mudanças de Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas políticas, critérios ou práticas contábeis adotadas no exercício de 2026 em relação ao exercício anterior. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos mesmos procedimentos contábeis, mantendo-se a comparabilidade das informações apresentadas.

5.4 Mudanças na Estrutura Administrativa

O Decreto nº 12.642, de 1º de outubro de 2025, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

5.5 Partes Relacionadas

5.5.1. Definição:

5.5.1.1 Parte relacionada

Segundo o MCASP 11ª edição, parte relacionada é a pessoa (física ou jurídica) que está relacionada com a entidade que elabora as demonstrações contábeis. São exemplos de partes relacionadas: entidades controladoras, controladas, coligadas; entidades que detenham influência significativa; grupo econômico ou sociedades do mesmo grupo; pessoal-chave da administração e membros próximos da família do pessoal-chave da administração pois, segundo a norma, são capazes de influenciar nas transações com a entidade.

Portanto, consideram-se partes relacionadas aquelas que tem a capacidade de controlar a outra ou exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais, ou ainda, a existência de entidades sujeitas ao controle comum.

Por outro lado, NÃO estão incluídas no conceito de partes relacionadas: a. Entidades que proporcionam financiamento no exercício de seus negócios e sindicatos no curso normal de suas atividades com uma entidade, tendo em vista apenas essas negociações (apesar de eles restringirem a liberdade de ação da entidade ou participarem no processo de tomada de decisão); e b. Entidade cujo relacionamento é apenas de agente (intermediário).

5.5.1.2. Transação com partes relacionadas

É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida. Excluem-se dessas transações aquelas realizadas com qualquer outra entidade que seja parte relacionada somente por causa de sua dependência econômica em relação à entidade que reporta ou em relação ao Governo da qual faz parte.

5.5.1.3. Influência significativa

É o poder de participar das decisões políticas financeiras e operacionais da entidade sem que haja o controle dessas políticas. Em relação ao direito de propriedade, o conceito de presunção da existência de influência significativa encontra-se definido no Capítulo de Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC), do MCASP 11ª edição.

5.5.1.4. Pessoal-Chave da Administração

Inclui todos os diretores ou membros do corpo administrativo que, no nível do Governo como um todo, pode consistir dos representantes eleitos ou nomeados (por exemplo, presidente, governador ou prefeito, ministros ou secretários, deputados ou vereadores, conselheiros ou nomeados em cargos de confiança), os quais possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, bem como são os responsáveis pelo gerenciamento de recursos e alcance, de maneira geral, dos objetivos da entidade. Quando a entidade está sujeita à supervisão de representante eleito ou nomeado pelo corpo administrativo do Governo, esse representante deve ser incluído no pessoal-chave da administração, se a função de supervisão incluir a autoridade e a responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

Sobre os assessores-chave desses representantes, o julgamento é exigido na avaliação a fim de considerar se o indivíduo é assessor chave e se satisfaz à definição de pessoal chave da administração ou parte relacionada. Atribuições legais definidas, acesso a informações privilegiadas, relação de trabalho especial com aquele que possui o controle da entidade, podem ser alguns dos critérios verificados ao avaliar se o assessor-chave também pode exercer controle ou influência significativa sobre a entidade.

Em algumas jurisdições, empregados públicos do Governo não têm suficiente autoridade e responsabilidade para se qualificarem como pessoal-chave da administração do Governo como um todo (conforme definido nesta Norma). Nessas situações, o pessoal-chave da administração deve consistir apenas dos membros nomeados para o corpo administrativo que detenham a maior responsabilidade pelo Governo, por exemplo, Ministros de Estado. A alta administração de entidade econômica pode compreender indivíduos tanto da controladora quanto de outras entidades que, coletivamente, formam a entidade econômica.

5.5.1.5. Membros próximos da família do Pessoal-Chave da Administração

São os parentes próximos ou imediatos da família do indivíduo considerados capazes de influenciá-lo nas transações com a entidade. Embora haja necessidade do julgamento subjetivo para determinar se o indivíduo é considerado membro próximo da família, presume-se que os parentes próximos discriminados abaixo, tenham ou estejam sujeitos a tal influência de forma a satisfazer à definição da norma: a. Cônjuge, companheiro (a), filho (a) dependente ou parente vivendo na mesma residência; b. Avô (ó), pai (mãe), filho (a) não dependente, neto (a), irmão ou irmã; e c. Cônjuge ou companheiro (a) de filho (a), sogro (a), cunhado (a).

5.5.2. MAPA – Pessoal-Chave da Administração

A alta administração do órgão do MAPA participa dos seguintes colegiados:

RELATÓRIO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS COM PARTICIPAÇÃO DA ALTA GESTÃO DO MAPA - PARTES RELACIONADAS

TOTAL: 64 COLEGIADOS

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
CONSELHO	CONSELHO DELIBERATIVO DO SENAR	DECRETO Nº 566, DE 10 DE JUNHO DE 1992; LEI Nº 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991	CNA	17	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	ERIKA CRISTINA FERRAZ DOS SANTOS
	CONSELHO FISCAL DA EMBRAPA	LEI Nº 5.851, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1972	EMBRAPA	3	2	TITULAR	FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO
						SUPLENTE	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO
	CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP	DECRETO Nº 3.017, DE 6 DE ABRIL DE 1999	OCB	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	ERIKA CRISTINA FERRAZ DOS SANTOS
	CONSELHO CONSULTIVO DA ANVISA	DECRETO Nº 3.029, DE 16 DE ABRIL DE 1999	MS	13	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ANATER - CDA	DECRETO Nº 8.252 DE 26 DE MAIO DE 2014	MDA	11	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						SUPLENTE	MÔNICA DE HOLANDA CAVALCANTI
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA	DECRETO Nº 11.435, DE 10 DE MARÇO DE 2023	MDIC	25	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	DIONISIA SOARES CAMPOS
	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL SUSTENTÁVEL - CDESS	DECRETO Nº 11.454, DE 23 DE MARÇO DE 2023	PR	166	0	PONTO FOCAL	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO DE GOVERNO	LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998	PR	39	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
	CONSELHO DELIBERATIVO DA APEX-BRASIL	DECRETO Nº 4.584, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2003	MDIC	12	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	AUGUSTO LUÍS BILLI
	CONSELHO DELIBERATIVO DA POLÍTICA DO CAFÉ - CDPC	PORTARIA MAPA Nº 811, DE 30 DE JUNHO DE 2025	MAPA	14	2	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						SUPLENTE	WILSON VAZ DE ARAÚJO
	CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA CONDEL/SUDAM	LEI COMPLEMENTAR Nº 124, DE 3 DE JANEIRO DE 2007	MIDR	28	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - CONDEL/SUDECO	LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009	MIDR	20	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CONSIPAM	DECRETO Nº 9.829, DE 10 DE JUNHO DE 2019	MD	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	DANILO CARVALHO DO NASCIMENTO
	CONSELHO ESTRATÉGICO DA CAMEX	DECRETO Nº 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	PR	11	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA - CONAPE	DECRETO Nº 5.069, DE 5 DE MAIO DE 2004	MPA	61	1	TITULAR	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
						SUPLENTE	WINNIE MUNIZ BRUM
	CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CNBS	LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	PR	11	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
	CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT	DECRETO Nº 11.474, DE 6 DE ABRIL DE 2023	MCTI	36	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - CNDI	DECRETO Nº 11.482, DE 6 DE ABRIL DE 2023; DECRETO Nº 12.401, DE 13 DE MARÇO DE 2025	PR	41	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES E NUTRIÇÃO DE PLANTAS - CONFERT	DECRETO Nº 11.518, DE 4 DE MAIO DE 2023; DECRETO Nº 10.991, DE 11 DE MARÇO DE 2022	MDIC	11	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES

	CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - CONMETRO	DECRETO Nº 9.043, DE 3 DE MAIO DE 2017; LEI Nº 5.966, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	MDIC	16	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
						SUPLENTE	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA MINERAL - CNPM	DECRETO Nº 11.108, DE 29 DE JUNHO DE 2022	MME	18	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA	DECRETO Nº 6.272, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007	PR	77	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO
	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN	LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	MTR	12	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO
COMITÊ	COMITÊ ASSESSOR EXTERNO (CAE) DA EMBRAPA TERRITORIAL	DELIBERAÇÃO Nº 31, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024 (42900462)	EMBRAPA	10	1	TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
COMITÊ	COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO - CDPNB	DECRETO Nº 12.852, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026	PR	11	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CARLOS GOULART
	COMITÊ DE FINANCIAMENTO E GARANTIA DAS EXPORTAÇÕES - COFIGCAMEX	DECRETO Nº 4.993, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004	MF	6	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	AUGUSTO LUÍS BILLI
	COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DO AGRONEGÓCIO - CT-AGRO	LEI Nº 10.332/2001, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4.157/2002	MCTI	8	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMITÊ GESTOR DO PDA-MATOPIBA - CGPDA-MATOPIBA	DECRETO Nº 11.767, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023	PR	17	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						SUPLENTE	WILSON VAZ DE ARAÚJO
	COMITÊ GESTOR DO PLANO BRASIL SEM FOME NO ÂMBITO DA CAISAN	RESOLUÇÃO MDS Nº 3, DE 31 DE AGOSTO DE 2023	MDS	8	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						1º SUPLENTE	SILVIO FARNESE
						2º SUPLENTE	ALEXANDRE DE OLIVEIRA BARCELLOS
	COMITÊ GESTOR DO SEM BARREIRAS	DECRETO Nº 10.098, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019	ME	4	2	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						TITULAR	CARLOS GOULART
						SUPLENTE	AUGUSTO LUÍS BILLI
						SUPLENTE	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
	COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL - CGSR	DECRETO Nº 5.121 DE 29 DE JUNHO DE 2004; LEI Nº 10.823, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003	MAPA	7	1	TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						SUPLENTE	DIEGO MELO DE ALMEIDA
	COMITÊ INTERFEDERATIVO DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA SUASA	PORTARIA SDA/MAPA Nº 194, DE 17 DE JULHO DE 2024	MAPA	20	8	TITULAR	CARLOS GOULART
						TITULAR	JUDI MARIA DA NÓBREGA
	COMITÊ INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	DECRETO Nº 11.310, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022-DECRETO Nº 12.419, DE 25 DE MARÇO DE 2025	CC	9	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						SUPLENTE	CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
	COMITÊ INTERMINISTERIAL PARA A PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ARÁBIA SAUDITA	DECRETO Nº 10.184, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019	CC	10	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	FABIO ALEXANDRE ROSA RODRIGUES
	COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA - CIM	DECRETO Nº 11.550, DE 5 DE JUNHO DE 2023	CC	23	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						TITULAR	FABIO ALEXANDRE ROSA RODRIGUES

	COMITÊ NACIONAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO - CONFAC (CAMEX)	DECRETO Nº 11.717, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023	ME	8	1	TITULAR	CARLOS GOULART
	COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS - CONINV	DECRETO 9.885, DE 27 DE JUNHO DE 2019	ME	13	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
	COMITÊ NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO	DECRETO Nº 12.173, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024	MMA	30	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						SUPLENTE	CLECIVALDO DE SOUSA RIBEIRO
	COMITÊ NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA EXPORTADORA - CNPCE	DECRETO Nº 11.593, DE 10 DE JULHO DE 2023	MDIC	6	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						SUPLENTE	FABIANA MALDONADO
	COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA - COFA	DECRETO Nº 11.368, DE 1º DE JANEIRO DE 2023 ALTERA O DECRETO Nº 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008	MMA	25	1	TITULAR	-
						SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO
	COMITÊ PERMANENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - CONDRAF	RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE JULHO DE 2024	MDA	42	1	TITULAR	AUGUSTO LUÍS BILLI
						SUPLENTE	PAULO MÁRCIO MENDONÇA ARAÚJO
	COMITÊ TÉCNICO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO)	LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 8 DE JANEIRO DE 2009	MIDR	20	1	TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
						SUPLENTE	-
	COMITÊ TÉCNICO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDAM (CONDEL/SUDAM)	DECRETO Nº 8.275 DE 27 DE JUNHO DE 2014	MIDR	28	1	TITULAR	WILSON VAZ DE ARAÚJO
						SUPLENTE	JONATHAS DE ALENCAR MOREIRA
	COMITÊ-ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE LEVANTAMENTO E INTERPRETAÇÃO DE SOLOS DO BRASIL - PRONASOLOS	DECRETO Nº 10.269, DE 6 DE MARÇO DE 2020 - PORTARIA MAPA Nº 744, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024	MAPA	8	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						SUPLENTE	GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI
	COMITÊ-EXECUTIVO DA CÂMARA DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO Nº 11.962, DE 22 DE MARÇO DE 2024	MIDR	27	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	ERIKI CRISTINA FERRAZ DOS SANTOS

TIPO	NOME DO ÓRGÃO COLEGIADO	ATO DE CRIAÇÃO	VÍNCULO	ASSENTOS TOTAL	ASSENTOS MAPA	ATUAÇÃO	MEMBROS
COMITÊ	COMITÊ-EXECUTIVO DA CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO - CREDEN	DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019	GSI	17	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX-CAMEX	DECRETO Nº 11.428, DE 2 DE MARÇO DE 2023	ME	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
CÂMARA	CÂMARA DE INOVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE INOVAÇÃO	DECRETO Nº 10.534, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020	MCTI	11	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	SIBELLE DE ANDRADE SILVA
	CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO CONSELHO DE GOVERNO - CREDEN	DECRETO Nº 9.819, DE 3 DE JUNHO DE 2019	PR	13	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
	CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN	DECRETO Nº 11.422, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023	MDS	20	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						1º SUPLENTE	MARCELO NARVAES FIADEIRO
						2º SUPLENTE	CARLOS GOULART
COMISSÃO	COMISSÃO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL, NO ÂMBITO DO PROCESSO TC 018.417/2025-6	PORTARIA SEGECEX Nº 22, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025	TCU	16	6	TITULAR	CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
						TITULAR	CARLOS GOULART
						TITULAR	ALLAN ROGÉRIO DE ALVARENGA
	COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO - CER-PROAGRO	DECRETO Nº 10.124, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019	MAPA	5	1	TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
						SUPLENTE	ERNI CRISTIANO GERMENDORFF

	COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PLANO SETORIAL PARA CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGRICULTURA - CENABC	DECRETO Nº 10.431, DE 20 DE JULHO DE 2020; RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 2025	MAPA	16	5	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						SUPLENTE	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO
	COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - CIRM	DECRETO Nº 9.858, DE 25 DE JUNHO DE 2019	MB	17	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						SUPLENTE	ALEX AUGUSTO GONÇALVES
	COMISSÃO INTERMINISTERIAL PERMANENTE DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO	DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	MMA	19	1	TITULAR	ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO
						SUPLENTE	CLEBER OLIVEIRA SOARES
	COMISSÃO NACIONAL DE GEOINFORMAÇÃO- CONGEO	PORTARIA GM/MPO Nº 32, DE 14 DE MARÇO DE 2025	MPO	28	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						1º SUPLENTE	CARLOS ALBERTO ANDRADE E JURGIELEWICZ
						2º SUPLENTE	VALÉRIA BURMEISTER MARTINS
	COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL NO ÂMBITO DO FONAREF/CNJ	PORTARIA CNJ Nº 30 DE 21 DE MAIO DE 2025	CNJ	8	1	TITULAR	GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
	GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GTI-OCDE	DECRETO Nº 11.671, DE 30 DE AGOSTO DE 2023	PR	16	1	TITULAR	LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
						1º SUPLENTE	MARCEL MOREIRA PINTO
SUBCOMITÊ	SUBCOMITÊ DE RETOMADA ECONÔMICA NO ÂMBITO DO COMITÊ DO RIO DOCE-CRD	RESOLUÇÃO CRD Nº 2, DE 9 DE MAIO DE 2025	PR	8	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO
	SUBCOMITÊ-EXECUTIVO DO COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - SUBEX/CIM	DECRETO Nº 12.040, DE 5 DE JUNHO DE 2024 DECRETO Nº 11.550, DE 5 DE JUNHO DE 2023	CC	11	1	TITULAR	JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO MARINHO
	SUBCOMITÊ-EXECUTIVO DO COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO - CDPNB	DECRETO Nº 12.852, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026	PR	13	1	TITULAR	CLEBER OLIVEIRA SOARES
						SUPLENTE	GRACIANE GONÇALVES MAGALHÃES DE CASTRO
SUBCOMISSÃO	SUBCOMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DESMATAMENTOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA - PPCDAM	DECRETO Nº 11.367, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	CC	13	1	TITULAR	MARCELO NARVAES FIADDEIRO
						SUPLENTE	IVANA MERCHED OLIVEIRA GUERREIRO

5.5.3. EMBRAPA

Remuneração de dirigentes

A remuneração mensal dos membros da Diretoria-Executiva foi originalmente fixada em R\$ 38.000,00. Entretanto, a partir da Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 29 de abril de 2026, os dirigentes passaram a poder optar pela percepção da última remuneração recebida, devidamente atualizada.

Em 30 de junho de 2026, a menor remuneração mensal individual correspondia a **R\$ 40.000,00**, a remuneração média era de **R\$ 44.000,00** e a maior remuneração alcançava **R\$ 46.000,00**, conforme demonstrado a seguir:

- Dirigente 1 – R\$ 46.000,00;
- Dirigente 2 – R\$ 42.000,00;
- Dirigente 3 – R\$ 40.000,00;
- Dirigente 4 – R\$ 46.000,00;
- Dirigente 5 – R\$ 46.000,00.

Além da remuneração mensal, os dirigentes fazem jus ao adicional de um terço de férias, ao 13º salário, ao auxílio-moradia e à Remuneração Variável Anual (RVA), quando devida.

O custo total da remuneração da Diretoria-Executiva, em 30 de junho de 2026, foi de **R\$ 240.000,00**, comparativamente a **R\$ 281.000,00** no mesmo período de 2025. Em relação à RVA, não houve pagamentos em junho de 2026. No mesmo mês de 2025, foi pago o montante de **R\$ 44.000,00**.

Quanto à remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, a Embrapa observa o disposto no art. 1º da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, segundo o qual a remuneração mensal desses conselheiros não pode exceder a **10% da remuneração média dos diretores**, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Empresa.

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração (Consad), do Conselho Fiscal (Confis) e do Comitê de Auditoria (Coaud) foi de R\$ 4.000,00 cada, e o custo total do período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 57.000,00. Em 30 de junho de 2025, R\$ 56.000,00. Entre os membros dos conselhos, há conselheiros que atuam na Administração Federal e não há diferença remuneratória entre os membros que não pertencem à Administração Federal. Destaca-se que o Coaud é composto somente por membros independentes. Segue a tabela abaixo com a composição dos gastos com as partes relacionadas:

Tabela - Gastos com Diretoria e Colegiado (valores em R\$ milhões).

Partes Relacionadas	Jun/2026	Jun/2025
Diretoria-Executiva	0,240	0,281
Conselho de Administração	0,032	0,032
Conselho Fiscal	0,013	0,013
Comitê de Auditoria	0,013	0,013
Total	0,298	0,339

Remuneração de empregados

A política salarial da Embrapa contempla remunerações para o quadro de empregados variando entre R\$ 3.000,00 e R\$ 46.000,00, com média salarial de R\$ 25.000,00. No levantamento, foi considerada toda base remuneratória, incluindo incorporação de função gratificada, anuênio /quinquênio, função gratificada, adicional de titularidade, complementação pecuniária, horas extras, adicional de atividade jurídica e adicional de atividade jornalística. A média é calculada com base na remuneração total dos empregados na apuração dos encargos previdenciários.

Quantitativo de empregados

A quantidade de empregados contratados até 30 de junho de 2026 é de 7.980.

Entidade fechada de previdência complementar

A Embrapa coloca à disposição de seus empregados dois planos de benefícios de previdência complementar: o plano Embrapa Básico e o plano Embrapa-FlexCeres. Na Tabela demonstram-se, por plano, os valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes.

Tabela 01. Valores repassados pela Embrapa e as contribuições dos participantes (em R\$ milhões):

Plano	Patrocinadora	Participantes	Total
Embrapa Básico	40,24	29,30	69,54
Embrapa-FlexCeres	29,01	34,50	63,51
Total	69,25	63,80	133,05

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

O plano Embrapa Básico, que está fechado para novas inscrições, é um plano estruturado na modalidade de benefício definido, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no salário.

O plano Embrapa-FlexCeres é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, em que o valor do benefício concedido ao assistido é reajustado anualmente pelo INPC, e o valor do benefício a conceder ao participante é calculado com base no saldo acumulado de contribuição (participante + patrocinadora). Os benefícios de risco são calculados com base no salário.

Os planos patrocinados pela Embrapa encerraram o mês de junho de 2026 com 11.727 participantes e assistidos, sendo 6.948 no plano Embrapa Básico e 4.779 no plano Embrapa-FlexCeres.

Tabela 02: Número de participantes (ativos e assistidos) por plano, em 30 de junho de 2026.

Plano	Participante	Assistido	Total
Embrapa Básico	1.956	4.992	6.948
Embrapa-FlexCeres	4.483	296	4.779
Total	6.439	5.288	11.727

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Plano de Saúde – Caixa de Assistência dos Empregados da Embrapa

A Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CASEMBRAPA) foi constituída em outubro de 2007, como uma operadora de saúde suplementar de médio porte, no modelo de funcionamento de autogestão, com natureza assistencial, sem fins lucrativos, com sede em Brasília/DF e de abrangência em todo território nacional.

Conforme o art. 6º do Estatuto Social da Casembrapa, essa instituição tem como objetivos sociais prestar, aos seus associados, assistência suplementar à saúde; praticar ações para a prevenção de doenças, promoção, reabilitação e recuperação da saúde; celebrar convênios de reciprocidade com outras operadoras para melhor atendimento aos associados e dependentes; e, firmar convênios de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde (ANS) e o Ministério da Saúde para promoção de estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da assistência à saúde suplementar e da autogestão.

A gestão da Casembrapa é composta pelos órgãos: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitês Consultivos. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior responsável pelo estabelecimento dos objetivos, políticas assistenciais, diretrizes fundamentais e orientações gerais de organização, operação e administração da Casembrapa. A Diretoria Executiva tem como responsabilidade a administração geral da Operadora, cabendo-lhe o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulamentares. O Conselho Fiscal, responsável pelo controle interno, zela pela gestão econômico-financeira da Operadora. Por fim, os Comitês Consultivos têm caráter de consulta e informação nas Unidades Descentralizadas da Embrapa.

Em relação aos beneficiários do plano, o quantitativo compreendia, em 30 de junho de 2026, 20.818 mil vidas, sendo associados da Embrapa e Casembrapa, cujo detalhamento no que se refere a Embrapa, será apresentado nos próximos itens.

Para atender esses beneficiários, a Casembrapa possui credenciamento direto com aproximadamente 1.910 prestadores, contemplando: clínicas, hospitais, laboratórios, médicos, centros de tratamento para dependência química, cooperativas, home care e associações. Além disso, para atendimento nas localidades externas ao Distrito Federal, a Casembrapa possui contratos de cessão de rede com as operadoras CASSI, UNIMED CAMPINAS e SEGUROS UNIMED/CARING.

Composição da Carteira de Beneficiários

Avaliação da composição da carteira de beneficiários, considerando a evolução do percentual de idosos, a idade média dos beneficiários, a distribuição de beneficiários por faixa etária, a razão de dependência e o índice de envelhecimento.

Conforme art. 8º do Estatuto Social da Casembrapa, a carteira de beneficiários é composta por:

I – Associados Titulares: empregado ativo e ex-empregado da Embrapa, aposentado e demitido sem justa causa;

II – Dependentes dos Associados Titulares:

- Cônjuge ou companheira/o;
- Filho (natural ou adotivo), ou enteado solteiro, menor de 21 anos, sem renda própria, ou se inválido, enquanto durar a invalidez;
- Menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial, solteiro e sem renda própria, observado o disposto nos itens b e c.

Em 30 de junho de 2026, a Casembrapa possuía 20.977 beneficiários, enquadrando-se na categoria de operadora de médio porte (entre 20 mil e 100 mil). Em relação ao exercício anterior (Dez/2025), houve um aumento no número de beneficiários de aproximadamente 2,21%.

Para fins de análise das características da carteira de beneficiários, o grupo foi desmembrado em duas categorias:

a) Ativos: composto por empregados em efetivo exercício na Embrapa e respectivos dependentes; e

b) Assistidos: composto por ex-empregados – aposentados ou demitidos sem justa causa – viúvos/as e respectivos dependentes.

Considerando o quantitativo de 20.818 beneficiários, o grupo de “Assistidos” representa 22,44% do total de beneficiários. Além disso, o total de “Ativos Titulares”, no total de 6.320 representa 83,47% do total de empregados em efetivo exercício na Embrapa, no total de 7.572 “dado Embrapa”. Os Gráficos 1 e 2 abaixo apresentam o quantitativo de titulares e dependentes em cada grupo. A tabela abaixo apresenta o quantitativo de titulares e dependentes em cada grupo.

Distribuição de Beneficiários Ativos		Distribuição de Beneficiários Assistidos	
Assistido Titular	Assistido Dependente	Assistido Titular	Assistido Dependente
6.380	9.588	2.862	1.902

Considerando a distribuição dos beneficiários por faixa etária (Gráfico 3), observa-se que 39,03% têm idade igual ou superior a 59 anos em 30 de junho de 2026.

A tabela a seguir demonstra o cálculo da razão de dependência dos beneficiários do plano de saúde:

Tabela: Razão de dependência dos beneficiários

Razão de Dependência	
Nº Beneficiários de 0 a 14 anos de Idade (A)	2.628
Nº Beneficiários de 60 ou mais anos de Idade (B)	7.747
Nº Beneficiários de 15 a 59 anos de Idade (C)	10.569
Razão de Dependência ((A+B)/C*100)	73,55%

Fonte: Sistema de Gestão (HRP)/Casembrapa

O indicador possibilita a interpretação da participação relativa do contingente populacional potencialmente dependente economicamente, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.

Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para o plano.

Tabela: Casembrapa – Despesas Realizadas (janeiro a junho 2026)

Faixa Etária	Ativo	Inativo	Casembrapa	Total
De 0 a 18 anos	7,29	0,18	0,10	7,58
De 19 a 23 anos	2,77	0,28	0,03	3,08
De 24 a 28 anos	0,07	0,00	0,02	0,09
De 29 a 33 anos	0,25	0,05	0,04	0,34
De 34 a 38 anos	0,93	0,01	0,08	1,03
De 39 a 43 anos	3,81	0,16	0,15	4,12
De 44 a 48 anos	5,91	0,09	0,10	6,11
De 49 a 53 anos	7,67	0,47	0,01	8,15
De 54 a 58 anos	6,35	0,61	0,01	6,96
59 anos ou mais	35,94	44,43	0,01	80,39
TOTAL	71,01	46,30	0,56	117,86

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

A contribuição dos inativos é composta por: 6,97% sobre a última referência salarial que se encontravam vinculados na época do desligamento (por grupo familiar) + a parte patronal paga pelos Inativos: R\$ 547,86 (per capita) + coparticipação quando houver utilização.

Tabela: Receita realizada do plano Embrapa (janeiro a junho 2026) - valores em R\$ milhões

RECEITA 01/2026 A 06/2026 - EMBRAPA					
Faixa Etária	MENSALIDADE		PATRONAL		TOTAL
	Ativo	Inativo	Inativo	Embrapa	
De 0 a 18 anos	-	-	0,28	12,11	12,38
De 19 a 23 anos	0,02	-	0,19	3,63	3,84
De 24 a 28 anos	0,23	-	-	0,31	0,54
De 29 a 33 anos	0,39	-	0,02	0,54	0,95
De 34 a 38 anos	0,77	-	0,01	1,21	1,99
De 39 a 43 anos	4,42	-	0,04	3,83	8,29
De 44 a 48 anos	8,83	0,02	0,15	5,91	14,92
De 49 a 53 anos	9,22	0,04	0,19	5,81	15,27
De 54 a 58 anos	8,59	0,20	0,53	5,77	15,09
59 anos ou mais	19,85	14,75	13,93	12,66	61,19
TOTAL	52,34	15,02	15,35	51,78	134,49

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

RECEITA 01/2026 a 06/2026 - CASEMBRAPA					
Faixa Etária	MENSALIDADE		PATRONAL		TOTAL
	Ativo	Inativo	Ativo	Inativo	
De 0 a 18 anos	-	-	0,29	-	0,29
De 19 a 23 anos	-	-	0,03	-	0,03
De 24 a 28 anos	0,01	-	0,02	-	0,03
De 29 a 33 anos	0,02	-	0,07	-	0,09
De 34 a 38 anos	0,04	-	0,09	-	0,13
De 39 a 43 anos	0,06	-	0,14	-	0,20
De 44 a 48 anos	0,03	-	0,09	-	0,12
De 49 a 53 anos	0,01	-	0,03	-	0,04
De 54 a 58 anos	0,01	-	0,02	-	0,03
59 anos ou mais	0,01	-	0,01	-	0,02
TOTAL	0,19	-	0,79	-	0,98

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

6.1 Balanço Patrimonial

A – Balanço Patrimonial-ATIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

Especificação	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	3.196,98	2.664,14	20,00%	100,00%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.077,38	1.669,59	24,42%	64,98%
Créditos a Curto Prazo	1.061,35	936,30	13,36%	33,20%
Estoques	58,24	58,25	-0,03%	1,82%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web.

O grupo Ativo Circulante ocupa um percentual de 35,14% do Ativo Total. A variação positiva na ordem de 20,00% está diretamente relacionada ao aumento da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, a mais relevante do subgrupo.

A.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ Milhões

Caixa e Equivalentes de Caixa	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	710,07	34,18%	673,74	40,35%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	614,93	29,60%	405,24	24,27%
LIMITE DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS	651,88	31,38%	494,01	29,59%
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	23,64	1,14%	39,24	2,35%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,56	0,22%	4,85	0,29%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2,71	0,13%	0,22	0,01%
GARANTIAS	69,59	3,35%	52,29	3,13%
Totais	2.077,38	100,00%	1.669,59	100,00%

Apesar de 34,18% do total do subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa pertencerem à conta CTU – Recursos da Conta Única Aplicados, que se referem às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União, a maior concentração de valor está nas contas do item Limite de Saque – OFSS, que representam 60,98% e compreendem os recursos liberados pelo Tesouro Nacional para atender a despesas do exercício e de exercícios anteriores.

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 2,077 bilhões

- ➔ Moeda Nacional em 30/06/2026 **R\$ 2,003 bilhões**
- ➔ Moeda Estrangeira em 30/06/2026 **R\$ 4,56 milhões**
- ➔ Valores Rest. e Vinc. em 30/06/2026 **R\$ 69,59 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 2,003 bilhões:

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 710,07 milhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 2,71 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 23,64 milhões**
- Limite de Saque Órgãos e Entidades OFSS **R\$ 1,266 bilhão**

R\$ Milhões

Por Órgão	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	858,98	907,55	-5,35%	41,35%
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	801,33	500,73	60,03%	38,57%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	417,06	261,31	59,61%	20,07%
Total:	2.077,38	1.669,59	24,42%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o percentual do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) que detém 41,35% do total da conta, ainda que, quando comparado ao exercício de 2025, tenha apresentado uma pequena variação negativa (5,35%), enquanto que os demais órgãos tiveram uma variação positiva superior a 59%, relacionada ao aumento de valores na conta de Limite de Saque, conforme já abordado.

A.2 - Créditos a Curto Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.061,35	936,30	13,36%	100,00%
<u>CREDITOS A CURTO PRAZO</u>	<u>3,57</u>	<u>8,66</u>	<u>-58,79%</u>	<u>0,34%</u>
CLIENTES	3,57	8,66	-58,79%	0,34%
<u>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</u>	<u>1.057,78</u>	<u>927,64</u>	<u>14,03%</u>	<u>99,66%</u>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	256,06	173,39	47,68%	24,13%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	12,28	10,02	22,48%	1,16%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	6,08	5,95	2,11%	0,57%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	797,41	750,88	6,20%	75,13%
AJUSTE P/PERDA DE MAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	-14,05	-12,60	11,47%	-1,32%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 33,20% referem-se a Créditos a Curto Prazo, apresentando saldo de R\$ 1,061 bilhão, variação positiva de 13,36% em relação a 2025, com destaque para a conta de adiantamento de 13º salário, que aumentou 173,77%.

O título Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo compreende a maior relevância em termos absolutos. Esse valor se origina, em sua maior parte, de créditos decorrentes de infrações legais e contratuais, mas sobretudo de Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), que representa 97,28% do total.

No que diz respeito ao Ajuste para Perdas Demais Créditos/Valores a Curto Prazo, os valores foram calculados por meio de uma metodologia instituída com base na média estimativa baseada no levantamento de valores que representam a expectativa dos ingressos de créditos a receber provenientes dos registros de multas resultantes dos autos de infração aplicados pelo MAPA.

A.2.1-Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:

A.2.1.1 - Adiantamentos Concedidos:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	256,06	173,39	47,68%	100,00%
13 SALÁRIO – ADIANTAMENTO	186,18	68,00	173,77%	72,71%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	53,99	90,24	-40,17%	21,08%
ADIANTAMENTO DE VIAGENS	0,29	0,00	100,00%	0,11%
SALÁRIOS E ORDENADOS	4,38	4,11	6,63%	1,71%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO – SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,59	0,08	636,75%	0,23%
ADIANTAMENTOS A UNIDADES E ENTIDADE	10,63	10,95	-2,95%	4,15%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

A.2.1.2 - Outros Créditos a Receber:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	797,41	750,88	6,20%	100,00%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	20,30	15,91	27,59%	2,55%
OUTROS CRED A REC E VALORES A CP - INTRA OFSS	777,11	734,96	5,73%	97,45%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

R\$ Milhões

Órgão	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	46,81	44,75	4,61%	5,87%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	10,84	9,72	11,54%	1,36%
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	739,76	696,40	6,23%	92,77%
Total	797,41	750,88	6,20%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O saldo da conta **Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo – Intra OFSS** é composto, predominantemente, por **Termos de Execução Descentralizada (TEDs)**, que representam, individualmente, **99,82%** do saldo total desse grupo contábil.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento por parte do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) de recomendações feitas em processo de Auditoria promovido pela Controladoria Geral da União (Processo 21000.126050/2022-18 – Recomendação de Auditoria nº 1277033). Foi a partir do atendimento a essa cobrança que os autos de infração passaram a figurar no SIAFI em valores que são inseridos mensalmente por meio dos registros efetuados no último dia do mês, através dos saldos levantados do sistema SICAR, proporcionando maior controle dos ativos a receber oriundos de infrações e multas aplicadas aos transgressores no âmbito da agricultura e pecuária.

A.3 - Estoque

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
ESTOQUES	58,24	58,25	-0,03%	100,00%
MERCADORIAS PARA REVENDA	3,44	2,93	17,16%	5,90%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	4,29	3,89	10,03%	7,36%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORAÇÃO	0,34	0,34	0,00%	0,58%
ALMOXARIFADO	45,61	44,02	3,60%	78,32%
OUTROS ESTOQUES	4,57	7,06	-35,31%	7,84%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O subgrupo Estoque apresenta estabilidade em relação ao exercício anterior, onde o título Almojarifado, assim como em 2025, continua com a maior representatividade na composição do saldo de Estoques, com 99,73% escriturado em conta de Materiais de Consumo.

R\$ Milhões

Órgão	30/06/2026	31/12/2025	% AH	% AV
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	16,77	16,11	4,09%	28,79%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	41,47	42,14	-1,60%	71,21%
Total	58,24	58,25	-0,03%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Em análise dos Estoques sob a perspectiva da composição do saldo entre os órgãos, a EMBRAPA concentra a maior participação da conta, que representa o percentual de 71,21% de todo o grupo.

B - Balanço Patrimonial - ATIVO NÃO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.899,90	9.773,17	-39,63%	100,00%
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.895,16	4.636,24	-59,12%	32,12%
Investimentos	659,40	0,00	100,00%	11,18%
Imobilizado	3.262,25	5.050,52	-35,41%	55,29%
Intangível	83,09	86,41	-3,84%	1,41%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O grupo Ativo Não Circulante representa 64,86% do total do Ativo e apresentou uma redução em seu saldo em relação a 2025. Assim como ao final do exercício anterior, o subgrupo Imobilizado permaneceu como a mais representativa, em que pese tenha sofrido variação negativa.

Parte dessa redução no Imobilizado se deve à reclassificação de bens imóveis em virtude das atividades relacionadas à desativação do sistema SPIUnet para implantação do SPUnet onde, em primeiro momento, a STN transferiu o saldo de algumas contas contábeis do Imobilizado para o subgrupo Investimentos, onde não havia saldo em 31/12/2025. A STN informou às setoriais contábeis que em um segundo momento reclassificará novamente esses bens móveis no subgrupo imobilizado em continuidade aos procedimentos necessários para conclusão da implantação do sistema SPUnet.

Outro fator preponderante para redução do Ativo Não Circulante foi a variação negativa de 59,12% no subgrupo Ativo Realizável a Longo Prazo, impactada pela diminuição de saldo da conta Empréstimos Concedidos a Receber do Funcafé em virtude de o recebimento de parcelas de empréstimos concedidos ter sido de R\$ 3,4 bilhões e o pagamento de novos empréstimos apenas de R\$ 149,1 milhões.

Cumprе ressaltar que o Ativo Realizável a Longo Prazo já teve uma relevante diminuição no último exercício, diretamente ocasionada após a realização, no primeiro trimestre de 2025, do registro de ajuste de perdas estimadas referentes aos empréstimos concedidos a receber do Funcafé, em conta redutora do ativo, no valor de **R\$ 4.547.005.953,05** (quatro bilhões quinhentos e quarenta e sete milhões cinco mil novecentos e cinquenta e três reais e cinco centavos) cujo valor foi calculado com base no histórico contábil dos últimos três exercícios conforme metodologia estabelecida na Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS.

B.1 - Ativo realizável a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.895,16	4.636,24	-59,12%	100,00%
CREDITOS A LONGO PRAZO	1.432,50	4.189,48	-65,81%	75,59%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	462,66	446,76	3,56%	24,41%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

B.1.1 - Créditos a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.432,50	4.189,48	-65,81%	100,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - VALOR LÍQUIDO	1.227,78	3.988,13	-69,21%	85,71%
FATURAS/DUPPLICATAS A RECEBER - ESTOQUE PRÓPRIO	201,35	201,35	0,00%	14,06%
FATURAS/DUPPLICATAS A RECEBER - PRESTAÇÃO SERVIÇOS	3,37	0,00	100,00%	0,23%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

B.1.1.1 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

R\$ Milhões

Órgão	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	5.774,78	8.535,13	-32,34%	100,00%
AJUSTE DE PERDAS	-4.547,00	-4.547,00		
Total	1.227,78	3.988,13		

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos, apresentados pelo seu valor bruto, demonstram uma redução na ordem de 32,34% em relação ao ano de 2025, com o Funcafé concentrando a totalidade da concessão dos empréstimos. Uma vez que o Funcafé assumiu com exclusividade a carteira de créditos e financiamentos a longo prazo do MAPA, é importante destacar que os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira são destinados a financiamentos à cafeicultura em linhas de crédito para o custeio das lavouras, comercialização e aquisição de café, capital de giro para indústrias e cooperativas, e para recuperação de cafezais danificados por intempéries climáticas.

O público-alvo são cafeicultores e suas cooperativas, indústrias de café torrado, moído e de solúvel, torrefadores e exportadores. Os recursos chegam a esse público por meio de instituições financeiras que firmam contrato com o MAPA. As condições para a concessão dos financiamentos (taxas, itens negociáveis, parcelas, prazo de carência, liberação do crédito, beneficiários, etc.) são estabelecidas em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e consolidadas nos capítulos 9 e 7, Seção 5 do Manual de Crédito Rural.

Importa ressaltar o fato de que as diversas linhas de crédito em plena execução podem ser encontradas no painel disponibilizado com dados e informações recentes contendo os valores contratados, liberados e disponíveis, com percentuais que possibilitam a qualquer interessado acompanhar o nível de recursos aplicados, a quantidade de beneficiários atendidos, os valores aplicados por linhas de crédito ou por unidade da federação. As informações do painel do Funcafé podem ser encontradas através do seguinte link de acesso: Indicadores-MAPA. <https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/single/?appid=f5a31dab-d774-49ed-8ba4-f7847466a9b4&sheet=f879abba-7a90-46f5-9f62-74c5d2e78577&bookmark=70c11fd5-d1f9-4ee0-8ed6-bb4fc1ae30c8&lang=pt-BR&theme=card&opt=cursel%2Cctxmenu&select=clearall>

Através de sua página na internet MAPA-Funcafé especificamente no que diz respeito às suas políticas agrícolas vigentes, o Funcafé disponibiliza também para acesso de quaisquer usuários, a execução orçamentária, suas receitas, liberações de recursos, os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e convênios firmados. Demais Créditos e Valores a Longo Prazo. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/funcafe>

B.1.2 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

R\$ Milhões				
Órgão	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	354,17	344,88	2,69%	76,56%
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	107,03	100,42	6,58%	23,13%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1,45	1,45	0,00%	0,31%
Total	462,66	446,76	3,56%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

No Funcafé esse saldo está relacionado a créditos parcelados a receber, no MAPA refere-se, especialmente, a créditos a receber de responsáveis por danos e perdas e na EMBRAPA, que é responsável pelos valores mais significativos, detendo 76,56% do grupo, o saldo refere-se a depósitos judiciais e depósitos decorrentes de interposição de recurso. O aumento na conta **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** de 3,56% refere-se à atualização monetária desses depósitos restituíveis na EMBRAPA.

B.2 - O Imobilizado é objeto de análise à parte conforme a Nota do Imobilizado Nota nº 004 - Imobilizado;

B.3 - O Intangível é objeto de análise à parte conforme a Nota do Intangível Nota nº 005 - Intangível;

C - Balanço Patrimonial - PASSIVO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	3.463,94	3.493,07	-0,83%	100,00%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.271,29	969,18	31,37%	36,70%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.073,25	1.289,49	-16,77%	30,98%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	165,03	130,87	26,11%	4,76%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,11	0,03	255,12%	0,00%
Provisões a Curto Prazo	115,02	93,14	23,49%	3,32%
Demais Obrigações a Curto Prazo	839,23	1.010,36	-16,94%	24,23%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Dos **R\$ 7,505 bilhões** existentes no Passivo Exigível, 46,15% se concentram no grupo Passivo Circulante, que apresentou estabilidade em relação ao último trimestre do exercício anterior.

O subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, que representam compromissos referentes a pessoal e benefícios previdenciários a pagar, no âmbito do MAPA e da EMBRAPA, se tornou no período em análise o mais representativo do Passivo Circulante, após a apropriação dos valores a pagar relacionados ao 13º salário que impactaram significativamente na variação positiva apresentada.

C.1 - Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são objeto de análise à parte conforme a Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar.

D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.041,21	2.516,34	60,60%	100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86	0,00%	7,82%
Provisões a Longo Prazo	3.725,14	2.200,34	69,30%	92,48%
Demais Obrigações de Longo Prazo	0,21	0,14	45,23%	0,01%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

O grupo Passivo Não Circulante, que representa 53,85% do Passivo Exigível, teve o seu aumento expressivo em relação ao final do exercício de 2025 em virtude de reclassificação de risco relacionado a prováveis perdas tanto na esfera judicial como na via administrativa, registradas na Unidade Gestora da Secretaria de Política Agrícola, através do processo STN 17944.002670/2024-99 e do processo 21000.036781/2024-26, a ser julgado por meio de ação ordinária no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que aumentou o valor da provisão de R\$ 1,18 bilhão para R\$ 2,69 bilhões.

D.1 - Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo são objeto de análise à parte conforme a Nota de Fornecedores. Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

D.2 - As Provisões a Longo Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota de Provisão. Nota nº 003- Provisões Nota nº 003- Provisões

E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.314,29	3.180,43	4,21%	208,22%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	80,48	134,01	-39,95%	5,06%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,05	0,05	0,00%	0,00%
Demais Reservas	294,92	280,33	5,20%	18,53%
Resultados Acumulados	-2.097,99	2.833,08	-174,05%	-131,81%
Total do Patrimônio Líquido	1.591,73	6.427,90	-75,24%	100,00%

Fonte: Balanço Patrimonial – Siafi Web

Na análise, verifica-se que ocorreu queda acentuada no valor do grupo Patrimônio Líquido, impulsionada pelo subgrupo Resultados Acumulados, onde cumpre ressaltar que o resultado até o 2º trimestre de 2026 aponta um déficit da ordem de R\$ 4,953 bilhões, que será abordado nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

No 2º trimestre de 2026, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 480,89 milhões**, relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar de curto e longo prazo, com acréscimo de 7,64% em relação a dezembro de 2025.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

R\$ Milhões

COMPOSIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
Circulante (Curto Prazo)	165,03	130,87	26,10%	34,32%
Nacionais	165,03	130,87	26,10%	34,32%
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Não Circulante (Longo Prazo)	315,86	315,86	0,00	65,68%
Nacionais	315,86	315,86	0,00	65,68%
Total	480,89	446,74	7,64%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto ao Curto Prazo, verifica-se um acréscimo de 26,10% em relação a dezembro 2025.

Para os Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/06/2026 o saldo relevante é Fornecedores Nacionais de Longo Prazo, do órgão contratante Funcafé.

Na Tabela 02 está discriminado o percentual por órgão, sendo um aumento de 22,45% pelo MAPA e 47,85% pela Embrapa, justificando o acréscimo no Curto Prazo especificado na Tabela 01 de 26,10%. O aumento está representado em novas obrigações descritas na Tabela 03.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão.

R\$ Milhões

Órgão	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL. E PECUARIA	137,16	112,01	22,45%	28,52%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	315,86	315,86	0,00%	65,68%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	27,87	18,85	47,85%	5,79%
Total	480,89	446,74	7,64%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Na tabela apresentada a seguir, com data-base de 30/06/2026, estão discriminados os fornecedores mais significativos do MAPA com seus respectivos saldos.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDORES	R\$ Milhões	
	30/06/2026	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	315,86	65,69%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	88,90	18,49%
IVG BRASIL LTDA	12,77	2,66%
PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL S/A	11,40	2,37%
DIVENA LITORAL VEÍCULOS LTDA	9,60	1,99%
XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA	8,15	1,70%
DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS LTDA	2,82	0,59%
VALENCE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	1,97	0,41%
GAP SERVIÇOS DE EVENTOS LTDA	1,96	0,41%
DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	1,63	0,34%
Demais Fornecedores	25,81	5,37%
Total	480,89	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito do MAPA, o Funcafé é responsável por 65,69% do total das obrigações. O aumento significativo do passivo circulante (obrigações de curto prazo) tanto no MAPA quanto na Embrapa é um reflexo direto da **formalização e registro de novos contratos de fornecedores** no período.

Conforme ilustra a tabela acima, que elenca as obrigações mais expressivas do MAPA – Órgão Superior, o valor a pagar ao fornecedor Banco do Brasil, no valor de R\$ 315,86 milhões, representa 65,69% de todas as obrigações e refere-se à obrigação de Longo Prazo do órgão contratante Funcafé.

Esse valor de R\$ 315,86 milhões (sem correção monetária) foi registrado no exercício de 2013 e trata-se de reconhecimento de dívida sem suporte orçamentário referente ao contrato de “DAÇÃO EM PAGAMENTO” para prestação de serviços de administração de créditos celebrado entre o Funcafé e o Banco do Brasil para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram objeto de dação em pagamento à União, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

O órgão do Funcafé informou que o valor foi judicializado em junho de 2015, no TRF – 1º Região no processo nº 0035446-59.2015.4.01.3400, e que, em 30 de junho de 2023, foi proferida sentença julgando procedente o pedido para condenar a União ao pagamento da dívida confessada no Instrumento de Reconhecimento de Dívida (R\$ 361.788.835,35 - trezentos e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos - atualizados até 19 de junho de 2015), com a devida atualização e juros de mora até a data do efetivo pagamento e que no dia 15 de setembro de 2023, os autos foram remetidos ao Tribunal, pois a União apresentou recurso (apelação) em face da sentença. O Banco do Brasil apresentou contrarrazões à apelação da União. Os autos estão conclusos para decisão judicial desde o dia 18 de setembro de 2023. Conforme andamento processual, os autos permanecem aguardando julgamento pelo Tribunal em grau de recurso, desde junho de 2025.

Com relação à obrigação junto à Caixa Econômica Federal, do montante **total de R\$ 88,90 milhões, 61,75%, equivalente a R\$ 54,90 milhões** (sem atualização monetária), refere-se a contratos de repasse inscritos em restos a pagar processados e contabilmente registrados na Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Ressalta-se que, embora esses valores permaneçam contabilmente registrados naquela Secretaria, a gestão dos contratos de repasse foi transferida para a Secretaria-Executiva em 2023, cabendo à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/SE) sua operacionalização, conforme competência delegada pela Portaria MAPA nº 609, de 23 de agosto de 2023.

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 30/06/2026, no órgão MAPA, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de **R\$ 3,910 bilhões**, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela consolidando as obrigações contratuais referentes ao 2º Trimestre de 2026, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição

R\$ Milhões

Especificação	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
Serviços	2.235,57	2.478,61	-9,81%	57,16%
Empréstimos e Financiamentos	1.499,18	1.497,23	0,13%	38,33%
Fornecimento de Bens	118,88	910,28	-86,94%	3,04%
Seguros	47,86	40,98	16,80%	1,22%
Aluguéis	1,59	1,74	-8,82%	0,04%
Demais	7,75	7,75	0,00%	0,20%
Total	3,910	4.936	-20,78%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

As obrigações contratuais do MAPA diminuíram 20,78%, no 2º trimestre com relação a dezembro de 2025. Do total dos contratos em execução registrados, 57,16% refere-se à contratação de serviços e 38,33% trata-se de Empréstimos e Financiamentos.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

R\$ Milhões

Órgão	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	1.960,74	3.124,07	-37,23%	50,14%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	1.503,26	1.501,30	0,00%	38,44%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	446,82	311,19	43,58%	11,43%

Fonte: Tesouro Gerencial.

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 30/06/2026. O órgão **MAPA** possui maiores obrigações contratuais em torno de 50,14% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações referente a serviços. E o **Funcafé**, com 38,44% do valor total, sendo a maioria referente aos contratos com empréstimos e financiamentos.

Tabela 03 - Obrigações Contratuais – Por Contratado.

R\$ Milhões

ÓRGÃO	Contratado	30/06/2026	AV (%)
MAPA	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	512,56	13,11%
MAPA	BANCO BTG PACTUAL S/A	232,55	5,85%
MAPA	BANCO INTER S/A	157,27	4,02%
FUNCAFÉ	BANCO MUFG BRASIL S/A	151,46	3,87%
FUNCAFÉ	BANCO DO BRASIL S/A	115,91	2,96%
MAPA	COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO	111,08	2,84%
FUNCAFÉ	BANCO VOTORANTIM S/A	110,62	2,83%
MAPA	BANCO CITIBANK S/A	90,83	2,32%
MAPA	PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL S/A	81,64	2,09%
FUNCAFÉ	BANCO COOPERATIVA SICOOB S/A	72,32	1,85%
DEMAIS OBRIGAÇÕES - POR CONTRATADA		2.274,57	58,16%
Total		3.910,82	100,00%

A tabela 03 apresenta os contratados que detêm os valores mais expressivos de obrigações contratuais na data-base de 30/06/2026. O contrato com maior relevância é o firmado com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 512,56 milhões, o que representa 13,11% do total das obrigações contratuais do MAPA.

Na sequência, destacam-se os contratos com as seguintes empresas Caixa Econômica Federal, Banco BTG Pactual S/A, Banco Inter S.A, Banco MUFG Brasil S/A, Banco do Brasil S/A, Pluxee Benefícios Brasil, Cooperativa Central de Crédito do ES e Banco Votorantim S/A, Banco Citibank S/A, Banco Cooperativo SICOOB S/A, que em conjunto, formam as principais obrigações contratuais do MAPA.

Nota nº 003- Provisões

Em 30 de junho de 2026, o MAPA apresentou um saldo total de **R\$ 3,84** bilhões relacionados com a provisão de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 2º trimestre de 2026.

Tabela 01-Provisões-Composição.

R\$ Milhões			
Composição	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)
Provisões a curto prazo	115,02	93,14	23,49%
Provisões a longo prazo	3.725,14	2.200,33	69,30%
Total	3.840,15	2.293,48	67,44%

Fonte: Tesouro Gerencial

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 02-Provisões de Longo Prazo por Órgão.

R\$ Milhões				
Órgãos	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
Ministério da Agricultura e Pecuária	2.690,00	1.180,00	127,97%	72,21%
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	1.035,14	1.020,34	1,45%	27,79%
Total	3.725,14	2.200,34	69,30%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Neste trimestre, o MAPA responde por 72,21% das provisões de longo prazo e o saldo de Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas do MAPA foi atualizado para 2,69 bilhões em razão da classificação de risco e da estimativa de impacto no órgão MAPA pela gerência de elaboração e análise das demonstrações contábeis da STN, alterando de remoto para provável despesa de provisão de decisão judicial. Principal fator responsável por essa variação contábil no trimestre.

As provisões de longo prazo relativas à Embrapa apresentaram um percentual de 27,79% em relação ao total do MAPA.

Na Embrapa, o aumento de 1,45% é resultado da constituição de provisão para indenização trabalhista, provisão para indenização cível, provisão para indenização tributária - com crescimento de 5,60%, provisão para indenização previdenciária e outras provisões a longo prazo.

Tabela 03 - Provisões a Longo Prazo – Composição.

R\$ Milhões				
Provisões	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)
Riscos Trabalhistas	363,77	370,11	-1,71%	9,77%
Riscos Cíveis	3,29	3,53	-6,80%	0,09%
Riscos Tributários	-	-	-	-
Riscos Previdenciários	-	-	-	-
Outras	3.358,07	1.826,70	83,83%	90,15%
Total	3.725,13	2.200,34	69,30%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Na provisão de longo prazo, o aumento de 69,30% ocorreu pela atualização da classificação de risco e da estimativa de impacto, alterando de remoto para provável despesa de provisão de decisão judicial no órgão MAPA.

As informações a seguir foram extraídas das Notas Explicativas da Embrapa referentes ao 2º trimestre de 2026.

Provisões de Longo Prazo da Embrapa

Os registros de Provisão a Longo Prazo na Embrapa apresentaram, em 30/06/2026, o saldo de R\$ 1,035 bilhão, mais a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica e a Tabela Benefícios Pós Emprego:

R\$ Milhões

Natureza Trabalhista Saldo dezembro 2025	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Trabalhista Saldo junho 2026
370,11	33,01	-9,13	-30,22	363,77
Natureza Cível Saldo dezembro 2025	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Cível Saldo junho 2026
3,53	0,29	0,00	-0,52	3,30
Natureza Previdenciária Saldo dezembro 2025	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	Natureza Previdenciária Saldo junho 2026
19,54	0,21	0,00	0,00	19,75
Natureza Tributária Saldo dezembro 2025	Adições (1)	Baixas (2)	Reversões (3)	
279,27	8,84	0,00	0,00	288,11
Total de dezembro: R\$ 672,45			Total de junho: 674,93	

(1) Adições são processos reclassificados de possíveis p/ prováveis.

(2) As baixas são referentes aos processos reclassificados de prováveis para possíveis e processos encerrados no trimestre.

(3) Estas reversões são provenientes de reclassificações ocorridas no trimestre.

(4) Estas adições são rendimentos de processos judiciais e reclassificações de possíveis p/ prováveis.

Fonte: NE-2T/2026EMBRAPA

Descrição Sucinta dos Principais Objetos:

- **Processos de Natureza Trabalhista** - Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade / Horas in itinere / Horas extras/Redução de Jornada / Incorporação de gratificação /Jornalistas / Pagamento de Premiação/Teto salarial.
- **Processos de Natureza Cível** - Anulação de ato administrativo.
- **Processos de Natureza Previdenciária** - Encargos previdenciários.
- **Processos de Natureza Tributária** - Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR- INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal – CEF.

Provisões a Longo Prazo – Composição (30/06/2026) – Benefícios Pós Emprego:

Em junho de 2026, na UG 135037 foi registrado além das Provisões a Longo Prazo de natureza jurídica acima (Processos judiciais), houve também o reconhecimento da provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33, na conta Outras Provisões a Longo Prazo, conforme a composição abaixo:

R\$ Milhões

Benefícios Pós Emprego	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Benefícios Pós Emprego Casembrapa	337,06	A Embrapa possui, a título de benefício aos empregados, os planos de previdência Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres, administrados pela Ceres, e o plano de assistência médica administrado pela Casembrapa. Provisão para benefícios futuros conforme (CVM) nº 695/2012, IAS 19 (R1) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-33. Os valores foram calculados pela Atest Consultoria Atuarial e referem-se à Casembrapa e Ceres
Ceres	23,15	
Total	360,21	

Fonte: Nota Explicativa da Embrapa

Risco possível da Embrapa

As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art.37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, reenquadramento funcional, dano material e moral e outros, somam o montante total de R\$ 600 mil. Em virtude da sua classificação como de “risco possível”, não foram registradas provisões para essas ações. Apesar de constarem processos de risco provável de mesmo nome e natureza, aqueles elencados como prováveis são os que já possuem alguma decisão desfavorável à Embrapa, sendo assim, sua classificação de risco foi alterada e sua provisão realizada.

Resumo de Provisões

O aumento de 67,44% das provisões não decorre de crescimento expressivo de novas ações judiciais, mas principalmente da reclassificação da probabilidade de perda de processos relevantes, que passaram de risco remoto para provável, exigindo reconhecimento contábil.

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30 de junho de 2026, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) apresentou um saldo de R\$ 3,262 bilhões em ativos imobilizados. Este montante, já líquido de depreciação e amortização acumuladas, representa um decréscimo de 22,58% em relação ao fechamento do quarto trimestre de 2025.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado, para o primeiro trimestre de 2026 e para o exercício de 2025.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	30/06/2026	31/12/2025	R\$ Milhões AH (%)
Bens Móveis	1.724,75	1.587,99	8,47%
(+) Valor Bruto Contábil	2.958,50	2.812,71	5,06%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.210,34)	(1.201,30)	0,65%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23,42)	(23,42)	0,00%
Bens Imóveis	1.537,50	3.462,54	-36,82%
(+) Valor Bruto Contábil	2.010,36	3.925,10	-32,32%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(472,86)	(462,56)	1,36%
Total	3.262,25	5.050,52	-22,58%

Fonte: Tesouro Gerencial

Bens Móveis

O saldo de bens móveis encerrou o trimestre em R\$ 1,724 bilhão, líquido de depreciação/redução ao valor recuperável. A composição dessas contas contábeis pode ser verificada na tabela a seguir:

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

R\$ Milhões			
Bens Móveis - Composição	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.523,11	1.037,53	46,80
Bens Móveis em Almoxarifado	295,22	684,43	-56,87
Bens de Informática	439,52	431,35	1,89
Veículos	404,05	366,46	10,26
Móveis e Utensílios	216,02	214,01	0,94
Demais Bens Móveis	35,93	37,09	-3,13
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	31,25	29,12	7,31
Bens Móveis em Andamento	8,46	8,40	0,71
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4,94	4,30	14,88
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.210,34)	(1.201,30)	0,75
Redução ao Valor Recuperável	(23,42)	(23,42)	0,00
Total	1.724,75	1.587,99	8,61

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme tabela acima, a conta bens móveis em almoxarifado, apresentou um declínio de 56,87% em relação ao resultado do último trimestre do exercício passado. Isto refere-se à movimentação da conta contábil Estoque Interno. Essa redução decorre de mudanças no procedimento de liquidação no sistema de contratos, que impactaram significativamente o saldo da conta. Devido à nova rotina, os bens são classificados inicialmente na conta de Estoque Interno para que, posteriormente, cada bem seja classificado para as contas patrimoniais devidas.

Um segundo ponto de destaque é a conta **Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas**, que apresentou uma variação aumentativa de 46,80 pontos percentuais. Esse crescimento decorre da criação do Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola (**PRO-MAQ**), que visa impulsionar o setor agropecuário brasileiro mediante o incentivo à mecanização. O programa promove a aquisição de maquinários e a posterior doação aos beneficiários, observando-se os requisitos estabelecidos pela Portaria MAPA N° 775, de 18/02/2025. O aumento observado no quadro acima compreende, justamente, o intervalo entre a compra desses ativos e a sua efetiva doação.

No fechamento do 2º trimestre de 2026, foi registrado no grupo Bens Móveis o valor de R\$ 17,06 milhões na conta de bens não localizados, representando uma queda de 12,11% em relação ao último trimestre de 2025.

Foi instaurado Processo SEI nº 21000.023545/2025-21 com o objetivo de promover a regularização contábil e patrimonial dos bens não localizados vinculados à extinta estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), atualmente sob responsabilidade do Ministério da Agricultura e Pecuária. O processo encontra-se em andamento, visando ao saneamento dos registros no SIADS e em contas contábeis no SIAFI.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 30/06/2026, totalizavam R\$ 1,537 bilhão, líquidos de depreciação/amortização.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

R\$ Milhões

Órgão UGE	MAPA		EMBRAPA		TOTAIS		AH%
	Jun/26	Dez/25	Jun/26	Dez/25	Jun/26	Dez/25	
Contas							
Bens de Uso Especial não registrados no SPUnet	5,87	2.864,86	570,94	543,88	576,81	3.408,74	-83,08%
Bens Imóveis em Andamento	19,64	18,44	137,52	127,08	157,16	145,52	8,00%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1,37	1,37	231,01	240,73	232,38	242,10	-4,01%
Instalações	13,26	13,26	138,20	115,40	138,20	128,66	7,41%
Demais bens imóveis	-	-	0,07	0,07	0,07	0,07	0,00%
Depr./Amort. Acum Bens Imov.	(7,92)	(9,41)	(464,94)	(453,15)	(472,86)	(462,56)	2,23%
Imóveis de Uso Especial registrados no SPUNET	902,71	-	3,02	-	905,74	-	0,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Como parte do projeto de modernização da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) o sistema **SPIUNET** foi desativado definitivamente em 9 de março de 2026. A partir do dia 2 de abril de 2026 todos os processos e fluxos de trabalho anteriormente executados no SPIUNET passaram a ser feitos exclusivamente pela nova plataforma **SPUnet**. A migração para o SPUnet busca garantir mais segurança e eficiência na gestão do patrimônio público. Dentre essas melhorias apresentadas destaca-se a **gestão unificada dos imóveis de uso especial no SPUnet**.

Conforme evidenciado na Tabela 03, observa-se redução de aproximadamente 83,08% no saldo de BENS DE USO ESPECIAL em comparação com o último trimestre de 2025. Essa variação decorre da implantação da plataforma SPUnet. Durante esse período, os bens de uso especial passaram a ser registrados, provisoriamente, nas contas de seu período de transição das contas de patrimônio. Com esta transição em andamento, os bens de uso especial foram divididos provisoriamente em BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPUnet e IMÓVEIS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPUnet.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPUnet, apresentaram para o segundo trimestre a seguinte constituição:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	1.600,03	-100,00%
Edifícios	442,87	854,49	32,49%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	6,39	669,37	-99,04%
Terrenos, Glebas	121,71	180,28	-32,49%
Imóveis Residenciais e Comerciais	5,84	70,23	-91,68%
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	33,80	-100,00%
Imóveis de Uso Educacional	0,00	0,54	-100,00%
Totais	576,81	3.408,74	-83,08%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tendo como foco a conta de imóveis de uso especial já registrados no SPUnet, é possível observar o saldo de R\$ 905,74 milhões, distribuídos atualmente entre terrenos e edifícios, conforme tabela abaixo:

Tabela 05 – Imóveis de Uso Especial Registrados no SPUnet – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	31/06/2026	31/12/2025
Edifícios	403,38	0,00
Terrenos	502,36	0,00
Totais	905,74	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

É importante salientar que com a desativação do **SPIUNET** e a consequente implantação do novo sistema, **SPUnet**, parte do saldo de imobilizado foi transferido para conta de Investimentos.

Cessão de Uso, Comodato de Bens e Mercadoria de Bens em poder de Terceiros

R\$ Milhões

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS			COMODATO DE BENS - CONCEDIDOS			MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS		
ÓRGÃO	Jun/26	Dez/25	ÓRGÃO	Jun/26	Dez/25	ÓRGÃO	Jun/26	Dez/25
MAPA	1,34	1,34	MAPA	0,00	0,00	MAPA	13,03	13,03
EMBRAPA	0,00	0,00	EMBRAPA	12,65	12,67	EMBRAPA	0,02	0,03
Total	1,34	1,34	Total	12,65	12,67	Total	13,05	13,06

Fonte: Tesouro Gerencial

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A Embrapa realizou teste de recuperabilidade dos ativos (impairment), e foi emitida a Nota Técnica 01/26, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2026.

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Contudo, até o fechamento das Demonstrações Contábeis relativas ao 2º Trimestre de 2026, tais procedimentos não foram realizados no MAPA.

Em 30/06/2026, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 83,09 milhões relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados. Na tabela a seguir é apresentada a composição do subgrupo Intangível, relativo ao final do exercício de 2025 e ao 2º trimestre de 2026.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

R\$ Milhões

Intangível – Composição	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	139,33	138,68	0,47%
Software com Vida Útil Indefinida	22,60	20,32	11,22%
Softwares não localizados	1,46	1,46	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,49	0,49	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(80,79)	(74,54)	8,38%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Total	83,09	86,41	-3,84%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os Softwares com vida útil indefinida tiveram um aumento de 11,22% em relação ao quarto trimestre de 2025, em razão dos serviços prestados pelo Serviço Federal de Processamento de dados – SERPRO.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

No 2º trimestre de 2026 não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

6.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no mesmo período.

R\$ Milhões

Variações	30/06/2026	30/06/2025	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.280,18	13.917,11	24,17%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.233,35	20.252,95	9,78%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4.953,17	-6.335,84	21,82%

Fonte: DVP – Siafi WEB 2026

O déficit patrimonial apresentou redução de 21,82% no segundo trimestre de 2026. Esse resultado decorreu principalmente do aumento das transferências intragovernamentais recebidas em ritmo superior ao crescimento das transferências intragovernamentais concedidas, quando comparadas ao exercício anterior, não sendo, portanto, consequência exclusiva de ganhos operacionais. Permanecem como pontos de atenção o crescimento das despesas com pessoal (12,06%) e das transferências concedidas (18,44%), bem como a expressiva redução de 85,09% das receitas próprias da Embrapa.

O resultado foi impulsionado pelo aumento de 24,17% nas receitas (VPA) — puxado por transferências do governo recebidas e pela reversão de ajustes de perdas — em contrapartida com o aumento de 9,78% nas despesas (VPD).

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MAPA e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Abaixo seguem as contas de VPA com as análises horizontal e vertical.

Grupo de contas contábeis	30/06/2026	30/06/2025	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.280,18	13.917,11	24,17%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	5,04	5,73	-12,04%	0,03%
Taxas	5,04	5,73	-12,04%	0,03%
Contribuições	1,23	1,48	-16,89%	0,01%
Contribuições Sociais	1,04	1,36	-23,53%	0,01%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,19	0,12	58,33%	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	17,09	53,35	-67,97%	0,10%
Venda de Mercadorias	1,4	3,98	-64,82%	0,01%
Vendas de Produtos	-	0,02	0,00%	0,00%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	15,68	49,35	-68,23%	0,09%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	365,74	380,88	-3,98%	2,12%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	225,68	158,73	42,18%	1,31%
Juros e Encargos de Mora	0,05	4,16	-98,80%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	11,7	10,62	10,17%	0,07%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	128,3	207,37	-38,13%	0,74%
Transferências e Delegações Recebidas	15.293,38	13.123,06	16,54%	88,50%
Transferências Intragovernamentais	15.242,05	13.072,28	16,60%	88,21%
Transferências Intergovernamentais	0,05	-0,08	-162,50%	0,00%
Transferências das Instituições Privadas	-	-0,22	0,00%	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	51,28	51,09	0,37%	0,30%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	144,00	165,08	-12,77%	0,83%
Ganhos com Alienação	1,08	2,46	-56,10%	0,01%
Ganhos com Incorporação de Ativos	104,01	116,54	-10,75%	0,60%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	38,91	46,08	-15,56%	0,23%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.453,71	187,53	675,19%	8,41%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,88	0,16	450,00%	0,01%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.256,77	15,55	7982,12%	7,27%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	196,06	171,82	14,11%	1,13%

Fonte: Siafi Web – 2026

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

No segundo trimestre de 2026, o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias” totalizou R\$ 5,04 milhões, referente a taxa pelo exercício do poder de polícia, decorrente de receita de taxa cobrada por classificação obrigatória para produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, quando destinados diretamente à alimentação humana, e nas operações de compra e venda do poder público e nos portos, aeroportos e postos de fronteira quando destinados para importação.

Contribuições

O grupo “Contribuições” fez um total de R\$ 1,23 milhão no segundo trimestre de 2026. Neste grupo, as contribuições tiveram um decréscimo de 16,89% em relação ao exercício anterior, arrecadação ocorrida pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI. As contribuições foram distribuídas em dois grupos: contribuições sociais, que somaram R\$ 1,04 milhão e contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), com arrecadação de R\$ 193 mil.

As contribuições sociais referem-se às receitas decorrentes do adicional às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários dos empregados das empresas; de contribuições incidentes sobre a folha de salários pagos por pessoa natural, jurídica ou cooperativa que exerçam as atividades rurais enumeradas na Lei nº 2.613, de 23/09/1955. E as Contribuições da Intervenção do Domínio Econômico são relativos às contribuições mensais devida pelas entidades turfísticas à comissão coordenadora da criação do cavalo nacional.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Nesse grupo, que apresenta saldo de R\$ 17,09 milhões, teve queda drástica de 67,97% em comparação ao exercício financeiro anterior.

A redução ocorreu pela empresa Embrapa, que se destacou na arrecadação de 39,54 milhões no ano passado, principalmente na rubrica proveniente da exploração de bens, direitos e serviço. Esse valor inclui receitas oriundas da taxa de inscrição de concurso público, serviço registro de transferência de tecnologia, apropriação de valor a receber decorrente de royalties (cultivares), aluguéis, entre outras. Podendo indicar perda de capacidade de geração de receitas próprias.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

No segundo trimestre de 2026, o saldo deste grupo foi de R\$ 365,74 milhões, representando uma redução de 3,98% em comparação ao mesmo período do exercício financeiro de 2025.

Essa diminuição ocorreu, principalmente, na rubrica de remuneração de aplicações financeiras, redução de 38,13%, com destaque para o órgão do Funcafé. As receitas desse grupo são provenientes dos pagamentos de parcelas de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos.

Com representação de 96,17% deste grupo, o Funcafé reduziu em 3,4% as remunerações de depósitos bancários e aplicações financeiras, aplicados no objeto do contrato de recursos emprestados, receita proveniente de pagamento de parcelas de empréstimos e financiamentos.

Transferências e Delegações recebidas

O total de transferência recebida no trimestre foi de R\$ 15,293 bilhões, representando 88,50% das Variações Patrimoniais Recebidas. Esse valor representa um aumento de 16,54% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O crescimento ocorreu, principalmente, em razão do aumento das transferências intragovernamentais, o que também contribuiu para alta das receitas e, consequentemente, para a diminuição do déficit.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Este grupo apresentou redução de 12,77% em relação ao exercício anterior e apresentou saldo de R\$ 144,00 milhões, as contas com maior representatividade são:

- a. Ganhos com Incorporação de Ativos no valor de R\$ 104,01 milhões, sendo o MAPA responsável por 87,97% desse montante. Esse valor está relacionado, principalmente, a transferência financeira para execução de Termo de Execução Descentralizada (TED), vinculados a diversos programas – com destaque para a subvenção econômica destinada à garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários. No entanto, essa Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) foi registrada simultaneamente como uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), resultando em impacto nulo na apuração do resultado do trimestre, uma vez que se refere à solicitação de recursos financeiros à setorial financeira por meio de programação financeira;
- b. E Ganhos com Desincorporação de Passivos, concentraram-se no órgão da Embrapa, que representou 68,58% do total da conta, principalmente em decorrência do cancelamento de obrigações.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Neste trimestre, o grupo apresentou saldo de R\$ 1,454 bilhão, representando um crescimento de 675,19% em relação ao exercício anterior. Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento da reversão de ajustes de perdas referente à créditos a receber de autos de infração do MAPA e da reversão da previsão relativos às licenças especiais dos funcionários da Embrapa. Essas reversões não representam geração de caixa nem melhoria operacional permanente.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorram decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MAPA, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Abaixo segue as contas de VPD com as análises horizontal e vertical.

R\$ Milhões

Grupo de contas contábeis	30/06/2026	30/06/2025	AH (%)	AV (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.233,35	20.252,95	9,78%	100,00%
Pessoal e Encargos	3.100,22	2.766,48	12,06%	13,94%
Remuneração a Pessoal	2.298,51	2.067,47	11,18%	10,34%
Encargos Patronais	737,25	639,19	15,34%	3,32%
Benefícios a Pessoal	64,41	59,75	7,80%	0,29%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,06	0,07	-14,29%	0,00%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.215,95	1.187,73	2,38%	5,47%
Aposentadorias e Reformas	731,83	711,64	2,84%	3,29%
Pensões	465,21	457,71	1,64%	2,09%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18,91	18,38	2,88%	0,09%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	578,33	530,00	9,12%	2,60%
Uso de Material de Consumo	44,91	26,87	67,14%	0,20%
Serviços	469,21	437,01	7,37%	2,11%
Depreciação, Amortização e Exaustão	64,21	66,12	-2,89%	0,29%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	20,93	18,44	13,50%	0,09%
Juros e Encargos de Mora	0,61	0,66	-7,58%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	1,71	2,37	-27,85%	0,01%
Descontos Financeiros Concedidos	6,30	7,28	-13,46%	0,03%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	12,32	8,13	51,54%	0,06%
Transferências e Delegações Concedidas	13.008,03	10.983,11	18,44%	58,51%
Transferências Intragovernamentais	12.206,22	10.491,40	16,35%	54,90%
Transferências Intergovernamentais	460,60	365,49	26,02%	2,07%
Transferências a Instituições Privadas	-	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	341,20	126,19	170,39%	1,53%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.455,68	4.400,12	-66,92%	6,55%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.338,37	4.310,53	-68,95%	6,02%
Perdas com Alienação	-	0,07	0,00%	0,00%
Perdas Involuntárias	5,15	1,62	217,90%	0,02%
Incorporação de Passivos	35,44	34,83	1,75%	0,16%
Desincorporação de Ativos	76,72	53,07	44,56%	0,35%
Tributárias	1,08	1,09	-0,92%	0,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,90	0,98	-8,16%	0,00%
Contribuições	0,18	0,11	63,64%	0,00%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	0,42	1,62	-74,07%	0,00%
Custo das Mercadorias Vendidas	0,42	1,61	-73,91%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.852,71	364,36	682,94%	12,83%
Incentivos	-	-	-	-
Subvenções Econômicas	97,10	246,14	-60,55%	0,44%
Constituição de Provisões	2750,97	114,37	2305,32%	12,37%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4,64	3,85	20,52%	0,02%

Fonte: Siafi Web – 2026

Pessoal e Encargos

No segundo trimestre de 2026, as despesas com remuneração de pessoal e aos encargos totalizaram R\$ 3,1 bilhões, com aumento de 12,06% em relação com o mesmo período do exercício anterior, representando 13,94% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, decorrente de ajustes de remuneração de pessoal e encargos patronais, conforme detalhamento na tabela a seguir:

Em milhões				
	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Remuneração de Pessoal	674,54	1.623,96	2.298,50	74,13%
Encargos Patronais	119,87	617,38	737,25	23,78%
Benefícios a Pessoal	58,56	5,85	64,41	2,08%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas	-	0,55	0,55	0,02%
Total	852,97	2.247,74	3.100,71	100,00%

A Remuneração de Pessoal, composta pela despesa de vencimentos e salários, gratificações, férias e 13º salário de pessoal abrangido pelo RPPS e RGPS, representou 74,13% do grupo de Pessoal e Encargos, perfazendo um total de R\$ 2,299 bilhões no segundo trimestre de 2026, sendo que a empresa Embrapa representa 70,65% desse total.

O subgrupo “Benefícios a Pessoal” engloba pagamentos de caráter indenizatórios a servidores públicos, estatutários e a empregados públicos de empresas dependentes, totalizando R\$ 64,41 milhões, demonstrado na tabela abaixo:

Em milhões				
	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV (%)
Auxílio Alimentação – RPPS	40,21	0,00	40,21	62,42%
Auxílio Transporte – RPPS	1,62	0,00	1,62	2,51%
Auxílio Moradia – RPPS	7,30	0,00	7,30	11,33%
Ajuda de Custo – RPPS	0,63	0,00	0,63	0,98%
Auxílio Creche – RPPS	2,02	0,00	2,02	3,14%
Sentenças Judiciais - RPPS	0,02	0,00	0,02	0,03%
Retribuição em Serviços no Exterior – RPPS	5,46	0,00	5,46	8,48%
Outros Benefícios a Pessoal – RPPS	0,59	0,00	0,59	0,92%
Auxílio Alimentação – RGPS	0,47	0,00	0,47	0,73%
Auxílio Transporte – RGPS	0,21	0,04	0,25	0,39%
Auxílio Moradia – RGPS	0,00	0,10	0,10	0,16%
Auxílio Creche – RGPS	0,04	5,71	5,75	8,93%
Total	58,56	5,85	64,41	100,00%

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 1,216 bilhão, representando 5,47% dos valores totais das variações patrimoniais diminutivas, conforme detalhamento na tabela a seguir, e teve aumento de 2,38% em relação ao exercício anterior:

Em milhões				
	MAPA	EMBRAPA	TOTAL	AV%
Aposentadorias e Reformas	731,83	-	731,83	60,19%
Pensões	465,20	0,01	465,21	38,26%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18,91	-	18,91	1,56%
Total	1.215,94	0,01	1.215,95	100,00%

Os Benefícios Previdenciários e Assistências são compostos por aposentadorias do RPPS, férias, 13º salário, sentenças judiciais, pensões do RPPS, licença-prêmio para pensionista, sentenças judiciais de pensões do RPPS, pensão a anistiados, auxílio funeral, assistência à saúde e outros benefícios.

Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo

despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta. As despesas reconhecidas nesse tipo de atividade são as seguintes: uso de material de consumo, serviços e depreciação, amortização e exaustão.

No segundo trimestre, observou-se um aumento de 9,12% em comparação ao mesmo período de 2025, resultado, principalmente, pelo crescimento das despesas com a rubrica Serviços.

No subgrupo de serviços, destacaram-se os seguintes acréscimos em relação ao segundo trimestre de 2026: serviços técnicos profissionais; serviços de apoio administrativo, técnico e operacional; serviços de comunicação, gráfico e operacional; serviços de transporte, passagem, locomoção e hospedagem; fornecimento de alimentação e serviço de comunicação, gráficos e audiovisuais.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Neste trimestre, o saldo desse grupo foi de R\$ 20,93 milhões, representando um aumento de 13,50% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O aumento ocorreu devido aos registros das atualizações monetárias dos resultados previstos na CVM para o plano de saúde patrocinado pela Embrapa (CASEMBRAPA) terem sido maiores neste trimestre em comparação ao do mesmo período no exercício anterior.

Em contrapartida do aumento desse grupo, ocorreu uma redução em Descontos Financeiros Concedidos, que apresentou redução de 13,46% referente à diminuição de descontos financeiros das multas de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal do MAPA em relação ao exercício anterior.

Transferências e Delegações Concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 13,008 bilhões no segundo trimestre de 2026, o que representa um crescimento de 18,44% em relação ao mesmo período do ano anterior. As transferências intragovernamentais financeiras concedidas correspondem 58,51% das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Dentre as rubricas de maior destaque para esse aumento, ressaltam-se: as transferências concedidas para pagamento de Restos a Pagar, em atendimento às emendas parlamentares; repasse e sub-repasse concedido de recursos financeiro referente à folha de pagamento e transferências voluntárias para pagamento de convênios. Este aumento pode ser visto como expansão de despesas discricionárias, embora reflita execução de políticas públicas.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Este grupo apresentou um saldo de R\$ 1,456 bilhão no segundo trimestre de 2026, o que representa 6,55% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, com redução de 66,92% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Este resultado foi fortemente influenciado pela redução de 68,95%, na rubrica Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas, decorrente do registro de ajustes de perdas de Empréstimos Concedidos a Receber no âmbito do órgão do Funcafé, em atendimento às recomendações do Relatório de Auditoria da CGU ocorridas no segundo trimestre do exercício anterior. Ao invés dessa redução, houve neste trimestre um aumento de perdas involuntárias em 217,90% devido à baixa de bens móveis para ajuste no sistema Siads, ocorridos principalmente pelo órgão MAPA.

O cálculo do ajuste para perdas foi baseado no histórico de recebimentos anteriores, conforme estabelece a metodologia da macrofunção Siafi nº 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas

Tributárias

O grupo apresentou saldo de R\$ 1,08 milhão, registrando uma redução de 0,92% em relação ao exercício anterior. Essas despesas tributárias referem-se, principalmente, de impostos sobre propriedade de veículos no órgão da Embrapa e taxas Estaduais e Municipais nos órgãos do MAPA e Embrapa.

O órgão da Embrapa se destacou como o principal responsável por essas despesas, concentrando 62,69% do total registrado no período.

Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos dos Serviços Prestados

Neste trimestre a despesa foi de R\$ 422 mil, com redução de 74,07% em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido ter ocorrido uma diminuição dos custos das mercadorias vendidas no órgão da Embrapa até o segundo trimestre de 2026.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Neste grupo apresentou saldo de R\$ 2,853 bilhões, com aumento de 682,94% em comparação ao mesmo período de 2025, devido à atualização da classificação de risco e da estimativa de impacto no órgão MAPA pela gerência de elaboração e análise das demonstrações contábeis da STN, alterando de remoto para provável despesa de provisão de decisão judicial.

6.3 Balanço Orçamentário

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art. 35º, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do primeiro trimestre de 2026 do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, ressaltando que a Lei nº 15.346, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026, foi sancionada em 14 de janeiro de 2026.

As receitas realizadas somaram R\$ 3,311 bilhões no segundo trimestre de 2026, conforme descrito na tabela de Receitas Realizadas abaixo:

R\$ Milhões	
NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA REALIZADA
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>399,44</u>
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	3,52
Receitas de Contribuições	0,86
Receita Patrimonial	100,27
Receita Agropecuária	0,661
Receita Industrial	0,00
Receitas de Serviços	243,50
Transferências Correntes	0,05
Outras Receitas Correntes	49,79
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>2.911,62</u>
Operações de Crédito	-
Alienações de Bens	2,12
Amortização de Empréstimos	2.909,49
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
Total da Receita Realizada	R\$ 3.311,05

Fonte: Siafiweb - junho/2026.

As receitas do Governo Federal dividem-se em primárias e financeiras. O grupo das receitas primárias é composto majoritariamente por receitas correntes (com exceção dos juros) vindas de tributos, contribuições sociais, concessões e dividendos pagos à União. Incluem-se também nessa categoria as cotas-partes de compensações financeiras, os recursos do esforço próprio de arrecadação das unidades orçamentárias, além de doações, convênios e outras entradas da mesma natureza.

Somam-se a esse grupo as receitas de capital primárias, geradas pela alienação de bens e por transferências de capital. Com essa composição, o total das Receitas Orçamentárias Primárias atingiu R\$ 401,56 milhões no segundo trimestre de 2026.

R\$ Milhões

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRIMÁRIAS	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES (I)	399,44
Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria)	3,52
Receitas de Contribuições	0,86
Receita Patrimonial	100,27
Receita Agropecuária	1,43
Receita Industrial	0,00
Receitas de Serviços	243,50
Transferências Correntes	0,05
Outras Receitas Correntes	49,79
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (II)	399,44
RECEITAS DE CAPITAL (III)	2.911,62
Operações de Crédito	-
Alienação de Bens	2,12
Amortização de Empréstimos (VII)	2.909,49
Transferências de Capital	-
Outras Receitas de Capital	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV)	2,12
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (V) = (II + IV)	R\$ 401,56

Fonte: Siafiweb - junho/2026.

A dotação inicial do exercício foi fixada em R\$ 19,556 bilhões (despesas correntes e de capital). Em razão das variações orçamentárias, a dotação atualizada do trimestre passou para R\$ 20,229 bilhões. Destes, foram empenhados R\$ 8,381 bilhões — o equivalente a um índice de execução de 41,43%. Veja a tabela de Execução da Despesa a seguir:

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	11.247,37	11.402,21	7.718,04	4.779,41	3.749,25	3.684,17
Pessoal e Encargos Sociais	8.254,87	8.842,28	6.714,34	4.178,30	3.287,04	2.127,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.992,50	2.559,93	1.003,70	601,11	462,21	1.556,23
DESPESAS DE CAPITAL	8.308,64	8.827,70	663,82	84,84	69,53	8.163,88
Investimentos	939,92	1.458,99	663,82	84,84	69,53	795,17
Inversões Financeiras	7.368,71	7.368,71	-	-	-	7.368,71
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	19.556,01	20.229,92	8.381,86	4.864,25	3.818,78	11.848,05

Fonte: Siafiweb – junho/2026.

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) - despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, sem processo formalizado de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor – apresentaram valores pagos, no segundo trimestre, R\$ 1,053 bilhão, referente a 26,92% do total dos Restos a Pagar não Processados - valores inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, somados com os inscritos em exercícios anteriores menos os cancelados - de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS ATÉ 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	222,36	293,97	175,22	170,99	0,83	344,51
Pessoal e Encargos Sociais	2,62	9,64	2,96	2,95	-	9,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	219,74	284,33	172,26	168,05	0,83	335,19
DESPESAS DE CAPITAL	1.113,39	2.287,09	948,45	882,45	2,52	2.515,51
Investimentos	967,24	1.973,88	799,31	733,30	2,52	2.205,29
Inversões Financeiras	146,15	313,21	149,14	149,14	-	310,22
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.335,75	2.581,06	1.123,67	1.053,44	3,35	2.860,02

Fonte: Siafiweb - junho/2026.

Os Restos a Pagar Processados - despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior – apresentaram valores pagos neste exercício de R\$ 1,276 bilhão, referente a 49,59% do saldo dos Restos a Pagar Processados - inscritos até 31 de dezembro do exercício anterior, somados com os inscritos em exercícios anteriores menos os cancelados - conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados:

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	28,09	1.192,62	1.018,82	7,96	193,93
Pessoal e Encargos Sociais	4,35	743,58	714,03	7,89	26,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23,74	449,04	304,79	0,07	167,92
DESPESAS DE CAPITAL	367,46	1.005,50	257,60	11,73	1.103,64
Investimentos	367,46	1.005,50	257,60	11,73	1.103,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	395,56	2.198,12	1.276,42	19,69	1.297,57

Fonte: Siafiweb - junho/2026.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário decorre do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no período, conforme o critério estabelecido no art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No 2º trimestre de 2026, as receitas realizadas somaram aproximadamente R\$ 3,311 bilhões, enquanto as despesas empenhadas atingiram R\$ 8,381 bilhões, gerando um déficit de R\$ 5,07 bilhões. Cabe destacar que este resultado negativo não constitui irregularidade. Por ser uma unidade executora de despesas e investimentos em serviços públicos e não um órgão precipuamente arrecadador, o Ministério da Agricultura e Pecuária opera estruturalmente com déficit orçamentário.

Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.	22000	22101 e 74104
II – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.	22202	22202
III – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE.	22905	22906 e 74901

Fonte: CGOF

Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias, decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada (TED), são discriminadas da seguinte forma:

- **Descentralizações Recebidas pelo Órgão Superior MAPA:** totalizam R\$ 372,73 milhões em valores firmados. Desse montante, R\$ 338,04 milhões foram destinados à EMBRAPA, o que representa 90,69% do total.
- **Descentralizações Concedidas pelo Órgão Superior MAPA:** somam R\$ 2,125 bilhões em valores firmados. O próprio Ministério apresenta a fatia mais expressiva, com R\$ 1,984 bilhão, correspondendo a 93,36% do valor total.

R\$ Milhões

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	Valores Firmados	TED a Receber	TED a Comprovar	TED Comprovado	Valores Firmados	A Repassar	A Comprovar	Comprovado
MAPA	34,69	7,20	27,49	-	1.984,63	1.179,49	695,25	24,57
EMBRAPA	338,04	81,75	230,67	0,28	69,09	41,51	9,69	17,89
FUNCAFÉ			-	-	72,21	26,80	45,41	-
TOTAL	372,73	88,95	258,16	0,28	2.125,93	1.247,80	750,35	42,46

FONTE: SIAFI HOD - junho/2026

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

A dotação inicial dos créditos orçamentários aprovados pela LOA foi de R\$ 19,556 bilhões, liderada pelo Funcafé (37,72% ou R\$ 7,376 bilhões). Ao final do segundo trimestre, considerando as atualizações orçamentárias — suplementações, créditos extraordinários e cancelamentos —, o saldo final consolidou-se em R\$ 20,229 bilhões. Este total apresentou uma divisão equilibrada entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (35,80% / R\$ 7,241 bilhões) e o Funcafé (36,46% / R\$ 7,376 bilhões).

R\$ Milhões

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS						
Órgão UGE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MIN.AGRICULTURA	7.338,95	278,95	-	42,77	(418,89)	7.241,77
EMBRAPA	4.840,90	772,39	-	-	(1,30)	5.611,98
FUNCAFE	7.376,16	-	-	-	-	7.376,16
TOTAL	19.556,01	1.051,33	-	42,77	(108,01)	20.229,91

FONTE: TG – junho/2026.

Portarias publicadas até o 2º trimestre de 2026 que impactaram o orçamento, as fontes, as ações ou as dotações (especiais ou extraordinárias):

Classificação	Ato	Tipo	Unidade Interessada
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 99, de 31 de março de 2026	620 - Alteração de GNDs em relação a subtítulos constantes da LOA e de créditos especiais ou extraordinários, abertos e reabertos	SDR
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 178, de 15 de maio de 2026	100b - Suplementação de demais despesas que não possam ser atendidas pelos tipos 100 e 100a, limitada a 25% do valor do subtítulo na LOA.	CEPLAC
			INMET
			SCRI
			SDA
			SDR
			SE
			SGS
			SPA
			STI
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 190, de 25 de maio de 2026	185 - Remanejamento de dotação incluída ou acrescida em decorrência de emenda de bancada estadual.	CGPI
			EMBRAPA
	Portaria GM/MPO nº 196, de 25 de maio de 2026	100 - Suplementação de despesas obrigatórias e financeiras, sem limite de suplementação e anulação.	EMBRAPA
			SE
	Portaria GM/MPO nº 213, de 2 de junho de 2026	100 - Suplementação de despesas obrigatórias e financeiras, sem limite de suplementação e anulação.	EMBRAPA
			SE
	Portaria GM/MPO nº 232, de 11 de junho de 2026	100a - Suplementação de despesas discricionárias sem limite de suplementação.	CGPI
			SPA
	Portaria GM/MPO nº 243, de 16 de junho de 2026	184 - Remanejamento de dotação incluída ou acrescida em decorrência de emenda individual (RP 6), solicitado pelo autor da emenda.	CGPI
			EMBRAPA
			SDA
			SDR
	Portaria GM/MPO nº 246, de 19 de junho de 2026	100b - Suplementação de demais despesas que não possam ser atendidas pelos tipos 100 e 100a, limitada a 25% do valor do subtítulo na LOA.	CGPI
			SPA
Outras Alterações Orçamentárias	Portaria SOF/MPO nº 147, de 29 de abril de 2026	620 - Alteração de GNDs em relação a subtítulos constantes da LOA e de créditos especiais ou extraordinários, abertos e reabertos	CGPI
	Portaria SOF/MPO nº 222, de 8 de	620 - Alteração de GNDs em relação a subtítulos constantes da LOA e de	SE

	junho de 2026	créditos especiais ou extraordinários, abertos e reabertos.	
	Portaria SOF/MPO nº 185, de 20 de maio de 2026	620 - Alteração de GNDs em relação a subtítulos constantes da LOA e de créditos especiais ou extraordinários, abertos e reabertos	SDR
	Portaria SOF/MPO nº 188, de 21 de maio de 2026	187 - Remanejamento entre GNDs no âmbito da mesma emenda de bancada estadual (RP 7).	EMBRAPA
	Portaria SOF/MPO nº 189, de 21 de maio de 2026	189 - Remanejamento entre GNDs no âmbito da mesma emenda de comissão permanente (RP 8).	CGPI
	Portaria SOF/MPO nº 208, de 28 de maio de 2026	600 - Alteração da Fonte de Recursos - Fte, podendo haver alteração concomitante de IDUSO e/ou IDOC	FUNCAFE
	Portaria SOF/MPO nº 234, de 11 de junho de 2026	600 - Alteração da Fonte de Recursos - Fte, podendo haver alteração concomitante de IDUSO e/ou IDOC	SDA
Crédito Suplementar	Portaria GM/MPO nº 275, de 30 de junho de 2026	100b - Suplementação de demais despesas que não possam ser atendidas pelos tipos 100 e 100a, limitada a 25% do valor do subtítulo na LOA.	CGPI

Fonte: Coordenação Orçamentária/CGOF/DGG/SE/ 2026

6.4 Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Na análise do Balanço Financeiro do 2º trimestre de 2026, observa-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em R\$ 2,077 bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir:

Demonstração do Resultado Financeiro.

	30/06/2026	30/06/2025	AH (%)	AV (%)
(+) Ingressos	25.149,20	25.011,41	0,55%	100,00%
Receitas Orçamentárias	3.311,05	2.810,57	17,81%	13,17%
Transferências Financeiras Recebidas	15.219,66	13.068,76	16,46%	60,52%
Recebimentos Extraorçamentários	4.948,90	3.494,29	41,63%	19,68%
Saldo do Exercício Anterior	1.669,59	5.637,79	-70,39%	6,64%
(-) Dispêndios	23.071,82	20.162,41	14,43%	100%
Despesas Orçamentárias	8.381,86	6.864,93	22,10%	36,33%
Transferências Financeiras Concedidas	12.103,41	10.412,41	16,24%	52,46%
Pagamentos Extraorçamentários	2.586,55	2.885,07	-10,35%	11,21%
	2.077,38	4.849,00	-57,16%	

Fonte: Siafi Web junho/2026

Ao comparar o Resultado Financeiro apurado no 2º trimestre de 2026 com o mesmo período de 2025, nota-se que houve um decréscimo de 57,16%.

6.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

- Atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do Órgão;
- Atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos;
- Atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais contribuíram para uma Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa de R\$ 407,79 milhões com um Resultado Superavitário apurado no período de R\$ 2,077 bilhões, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

Detalhamento	R\$ Milhões		
	30/06/2026	30/06/2025	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	-1.874,86	-1.526,6	-22,81%
Fluxo das Atividades de Investimento	2.282,65	737,81	209,38%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
<u>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</u>	<u>407,79</u>	<u>-788,79</u>	<u>151,70%</u>
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</u>	<u>1.669,59</u>	<u>5.637,79</u>	<u>-70,39%</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa Final ou Saldo para o Exercício Seguinte ou Resultado Financeiro	R\$ 2.077,38	R\$ 4.849,00	-57,16%

Fonte: Siafi Web junho/2026.

A partir da análise da tabela anterior, observa-se que o fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou uma variação negativa de 22,81%, indicando aumento na saída de caixa operacional. Verifica-se, ainda, aumento significativo do fluxo líquido das atividades de investimentos em 209,38%, referente aos Empréstimos Concedidos a Receber do Funcafé em virtude de o recebimento de parcelas de empréstimos concedidos ter sido de R\$ 2,909 bilhões e o pagamento de novos empréstimos apenas de R\$149,14 milhões.

A variação positiva de 151,70% na Geração Líquida de Caixa representa uma reversão do resultado, passando de um consumo de caixa de R\$ 788,79 milhões em 2025 para uma geração positiva de R\$ 407,79 milhões em 2026.

Entretanto, observa-se que, apesar da geração positiva, o saldo final de caixa apresentou redução de 57,16%, passando de R\$ 4.849 bilhões em 2025 para R\$ 2,077 bilhões em 2026. Tal variação negativa ocorreu pois o saldo inicial de caixa em 2026 foi bem menor do que o saldo inicial em 2025.

6.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL, verificou-se que o Patrimônio Líquido do MAPA apresentou um decréscimo de 75,24% neste trimestre em comparação com o exercício anterior. Essa redução decorreu, principalmente, do comportamento dos Resultados Acumulados, que passaram de saldo positivo de R\$ 2,833 bilhões para saldo negativo de R\$ 2,097 bilhões, representando uma variação negativa de 174,05%.

A variação dos Resultados Acumulados foi influenciada, principalmente, pelo Resultado do Exercício, que, embora tenha permanecido negativo em 2026, apresentou redução do resultado negativo, passando de R\$ 7,258 bilhões negativos, em 2025, para R\$ 4,953 bilhões negativos, em 2026, correspondendo a uma variação positiva de 31,75%, que foi abordado nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Composição

R\$ Milhões			
DMPL	30/06/2026	31/12/2025	AH (%)
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.314,29	3.180,43	4,21%
ADIANTEAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	80,48	134,01	-39,94%
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,05	0,05	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	294,92	280,33	5,20%
<u>RESULTADOS ACUMULADOS</u>	<u>-2.097,99</u>	<u>2.833,08</u>	<u>-174,05%</u>
-Resultado do Exercício	-4.953,16	-7.257,62	31,75%
-Resultado de Exercícios Anteriores	2.833,08	10.273,05	-72,43%
-Ajustes de Exercícios Anteriores	22,09	-182,35	112,11%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.591,73	R\$ 6.427,90	-75,24%

Fonte: Siafi Web junho/2026.

7. Referências

7.1. Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) Instruções de Procedimentos Contábeis - [IPCs Vigentes](#)
- 3) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 2ª Edição – 2025
- 4) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – Versão 2 -2019
- 5) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª Edição – Válido a partir de dez 2024
- 6) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Estendido
- 7) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Federação

7.2 Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral/2025/22>
- 3) <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais>
- 4) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/>
- 5) <https://portal.tcu.gov.br/>
- 6) <https://www.gov.br/impresanacional/pt-br>
- 7) <https://cfc.org.br/>
- 8) <https://crcdf.org.br/>
- 9) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/tecnologia-da-informacao/sistemas/orgaos/mapa/spoa/sei-sistema-eletronico-de-informacoes-1>
- 10) <https://boletim.sigepe.gov.br/publicacao/pesquisa>
- 11) <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/redesim>
- 12) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 13) <https://www.gov.br/transferegov/pt-br>
- 14) <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transformacao-digital/o-que-e-o-spunet-1>
- 15) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 16) <https://www.siapenet.gov.br/Portal/>
- 17) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>